

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026****(Processo Administrativo nº 649/2026)****(Processo Licitatório nº 031/2026)**

TORNA-SE PÚBLICO que a **PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS**, sediada na Rua Porto Alegre, 350 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis/SP, **REALIZARÁ LICITAÇÃO**, na **MODALIDADE PREGÃO**, na **FORMA ELETRÔNICA**, com **CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO POR ITEM**, com **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, que integram o presente ato convocatório.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) designado(a), denominado(a) Pregoeiro(a), devidamente designados(as) pelas Portarias nºs 22.776, de 18 de junho de 2025 e 22.777, de 18 de junho de 2025, e suas eventuais alterações. O servidor(a) terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

A gestão contratual será exercida pelos gestores e fiscais de contratos, devidamente designados pela Portaria nº 22.745, de 09 de junho de 2025, e suas eventuais alterações, sendo que as apurações de responsabilidade contratual que se fizerem necessárias serão conduzidas pela Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC, nos termos da Lei Complementar nº 262, de 04 de abril de 2024.

DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:	08h00 do dia 18/05/2026 (Horário de Brasília - DF).
---	---

DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO:	23h59 do dia 27/05/2026 (Horário de Brasília - DF).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	08h29 do dia 01/06/2026 (Horário de Brasília - DF).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	08h30 do dia 01/06/2026 (Horário de Brasília - DF).
LOCAL:	Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br
MODO DE DISPUTA:	Aberto.

1. DO OBJETO

1.1. ELABORAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA, UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU), VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE E A INTEGRALIDADE DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, COM PREVISÃO DE CONSUMO PARCELADAMENTE NO DECORRER DE 12 (DOZE) MESES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em ITENS, conforme tabela constante no item 1.1.1 do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Fica estabelecida a participação exclusiva de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) para os itens cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

3.6.1. Em relação ao **item 6**, cujo quantitativo total é de 60 unidades e valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será adotada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento), o que correspondente a 10 unidades, destinada à participação exclusiva de ME/EPP, nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº

14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

3.9.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação.

3.9.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.9.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.9.4.1. O impedimento de que trata o acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.9.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.9.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.9.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.9.9. Pessoas físicas, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as

situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10.1. A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não possui caráter sigiloso, encontrando-se devidamente consignado no Termo de Referência.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica.

5.6.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.

5.6.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

5.6.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

5.6.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

5.6.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo.

5.6.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica.

5.6.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e

investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar.

5.6.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores.

5.6.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 e 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor total do item.

6.1.2. Marca.

6.1.3. Fabricante.

6.1.4. Quantidade cotada.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante deverá apresentar proposta contemplando a totalidade do quantitativo do item, sendo vedada a oferta em quantitativo inferior.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após

decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, ao objeto produzido por:

7.20.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo.

7.20.2. Empresas brasileiras.

7.20.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

7.20.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, da legislação correlata e dos demais impedimentos previstos no item 2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça sua participação na licitação ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf.

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro poderá verificar se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. Contiver vícios insanáveis.

8.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

8.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

8.8.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

8.8.5. Não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.8.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- 8.10.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.
- 8.10.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor demandante.
- 8.15. O Pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.
- 8.16. O Pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação.

9. DA FASE DA HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2. Em relação ao consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.2.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio idôneo que assegure a veracidade das informações.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pela Prefeitura de Fernandópolis, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo MÍNIMO DE DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12. Encerrado o prazo para envio da documentação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até DUAS HORAS, para:

9.12.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame.

9.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.12.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante.

9.12.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.14. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou,

nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço eletrônico constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará e homologará a licitação.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

13.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo.

13.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

13.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Prefeitura de Fernandópolis para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) Encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

b) Disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 (três) dias úteis.

c) Outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 3 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

14.4. O Aceite do Pedido de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

14.4.1. Referido instrumento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital.

14.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

14.5. Os prazos dos itens 12.2 e 12.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

14.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

15.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato.

15.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame.

15.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

15.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

15.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

15.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa.

15.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

15.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

15.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

15.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

15.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito.

b) Multa.

c) Impedimento de licitar e contratar.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

15.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial da Prefeitura de Fernandópolis, as sanções administrativas previstas no ITEM 14.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

15.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

15.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato.

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato.

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos.

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação ao Edital e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por meio eletrônico, exclusivamente por intermédio da plataforma indicada no preâmbulo deste Edital.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no sítio eletrônico oficial do Município de Fernandópolis, no endereço: <https://www.fernandopolis.sp.gov.br/>.

17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO.

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Fernandópolis-SP, 14 de maio de 2026.

JOAO PAULO SALES CANTARELLA
Prefeito Municipal de Fernandópolis

TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO**

1.1. Elaboração de Ata de Registro de Preços para futura Aquisição de Medicamentos para o **cumprimento das ordens judiciais** bem como aquisição de **medicamentos** destinados ao atendimento das necessidades da **Atenção Básica, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)**, visando garantir a continuidade e a integralidade da assistência farmacêutica no âmbito da rede municipal de saúde”, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT	MEDICAMENTO	APRESENTAÇÃO	QUANTIDA DE	VALOR ESTIMADO	VALOR TOTAL
1	276283	Deslanosídeo 0,2 mg/ml	Ampola 2 ml	500	R\$ 2,8200	R\$ 1.410,00
2	267660	Fenobarbital 100 mg	Comprimido	250.000	R\$ 0,2272	R\$ 56.800,00
3	268299	Secnidazol 1g	Comprimido	5.000	R\$ 1,2564	R\$ 6.282,00
4	270140	Biperideno 2 mg Referência: Akineton 2 mg (Determinação Judicial)	Comprimido	2.000	R\$ 0,5733	R\$ 1.146,60
5	267635	Clorpromazina 25 mg Referência: Amplictil 25 mg (Determinação Judicial)	Comprimido	2.000	R\$ 0,4867	R\$ 973,40
6	466650	Dupilumabe 200 mg	Seringa preenchida 1,14 ml	50	R\$ 4.244,4850	R\$ 212.224,25
7	267657	Fenitoína 100 mg Referência: Hidantal 100 mg (Determinação Judicial)	Comprimido	2.000	R\$ 0,6200	R\$ 1.240,00
8	273836	Insulina Glargina 100 UI/ml	Frasco 10 ml	100	R\$ 170,7271	R\$ 17.072,71
9	399010	Insulina Glargina 100 UI/ml	Canetas descartáveis preenchida 3 ml	1.000	R\$ 47,5460	R\$ 47.546,00



10	268130	Levomepromazina 40 mg/ml Referência: Neozine 4% (Determinação Judicial)	Frasco 20 ml	200	R\$ 16,6433	R\$ 3.328,66
11 RESERV A DE COTA ATÉ 25% DO ITEM 6	466650	Dupilumabe 200 mg	Seringa preenchida 1,14 ml	10	R\$ 4.244,4850	R\$ 42.444,85

1.2. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam no Estudo Técnico Preliminar anexo.

Classificação do Objeto

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar anexo.

Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços

1.4. Os bens serão contratados através do Sistema de Registro de Preços.

1.4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.2. A Ata de Registro de Preços e o contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO NA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.



2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Impacto Ambiental dos Medicamentos, incluindo o impacto ambiental de sua produção, embalagem, transporte e descarte, e preferir produtos com menor impacto ambiental.

4.1.2. Origem Sustentável dos Insumos.

4.1.3. Embalagens Sustentáveis, feitas de materiais recicláveis ou biodegradáveis e que minimizem o desperdício de recursos naturais.

4.1.4. Transporte Sustentável, como o uso de veículos de baixa emissão de carbono e a otimização das rotas de entrega para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

4.1.5. Responsabilidade Social, como práticas de trabalho justo, respeito aos direitos humanos e apoio às comunidades locais.

4.1.6. Descarte Adequado de Resíduos, garantindo que não causem danos ao meio ambiente.

Requisitos da Contratação

4.2. Todos os fornecedores vencedores dos lotes deverão apresentar os seguintes documentos para comprovação **técnica dos produtos**:

4.2.1. Registro válido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), exceto para suplementos alimentares e minerais, isentos de registro, conforme RDC nº 27/10.

4.2.2. Os medicamentos deverão conter a inscrição: “**Proibida a Venda no Comércio**” estampada na parte externa da embalagem, conforme Art. 7º da portaria nº 2.814/GM de 29 de maio de 1.998.

4.2.3. O prazo de validade dos medicamentos deverá ser acima de 15 (quinze) meses a contar da data do recebimento.

4.2.4. Transporte e armazenamento com controle de temperatura e condições sanitárias, conforme RDC nº 430/2020;

4.2.5. Todos os medicamentos deverão ser licitados de acordo com os preços constantes no orçamento anexado aos autos e em conformidade com os valores estabelecidos pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) para compras públicas, publicados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A referida lista apresenta **Preço de Fábrica (PF)** aplicável aos **itens 1, 2 e 3**, e **Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG)** aplicável aos **itens 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10**, correspondendo este último ao teto máximo pelo qual laboratórios ou distribuidores de medicamentos podem comercializar medicamentos à Administração Pública para cumprimento de decisão judicial, nos termos do inciso V do art. 2º da Resolução CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006, **aplicado o desconto CAP (Coeficiente de Adequação de Preços)**. Portanto, todos os participantes da licitação deverão observar rigorosamente os referidos tetos de preços, conforme as especificações estabelecidas, sendo desclassificadas as propostas que apresentarem valores superiores aos limites permitidos.

Indicação de Marca

4.3. Na presente contratação **será admitida somente as marcas de referência**, devido à exigência da marca no cumprimento das **SENTENÇAS JUDICIAIS**.

4.3.1. Os itens com a exigência de marca em razão de sentenças judiciais são: item 4 – Akineton 2mg, item 5 – AMPLICTIL 25 mg, item 7 – HIDANTAL 100 mg, item 10 – NEOZINE 4%.

Vedação de Marca

4.4. Na presente contratação não será vedado marcas ou modelos específicos, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar.

Exigência de Amostra

4.5. Para esta contratação não será exigida amostra, conforme Estudo Técnico Preliminar.

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Reserva de Cotas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

4.8. Nos termos dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, será assegurado tratamento diferenciado e simplificado às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), quando aplicável.

4.8.1. A divisão do objeto em itens (1 a 11) foi realizada com base em critérios técnicos e de mercado, considerando a autonomia funcional, a viabilidade de fornecimento por diferentes empresas e a ampliação da competitividade, não configurando fracionamento indevido do objeto.

4.8.2. Fica estabelecida a participação exclusiva de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) para os itens cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

4.8.3. Em relação ao item 6, cujo quantitativo total é de 60 unidades e valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será adotada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento), o que correspondente a 10 unidades, destinada à participação exclusiva de ME/EPP, nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

A adoção da cota reservada mostra-se técnica e economicamente viável, não implicando prejuízo ao conjunto da contratação, tendo em vista a divisibilidade do objeto, a padronização dos itens e a existência de múltiplos fornecedores aptos no mercado.

4.8.3.1. A operacionalização da cota reservada ocorrerá **mediante a criação de item específico - item 11**, assegurando-se julgamento independente e adjudicação própria, conforme as regras do edital.

4.8.4. O enquadramento como ME ou EPP deverá ser comprovado nos termos da legislação vigente, mediante declaração do licitante, sob as penas da lei.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. Como se trata de Sistema de Registro de Preços, os bens serão solicitados de forma parcelada ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, não havendo quantitativo mínimo obrigatório. As solicitações ocorrerão conforme a necessidade do setor demandante.

5.2. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados da solicitação do Departamento competente.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Central de Abastecimento Farmacêutico

Av. Porto Alegre, 350 - Jardim Santa Rita, Fernandópolis-SP

5.5. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 15 (quinze) meses do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.6. A entrega dos produtos solicitados deverá acontecer em transportes adequados para a distribuição de medicamentos, garantindo a eficácia destes, dentro dos prazos acordados e a empresa deverá prestar assistência técnica em caso de problemas durante o transporte.

Garantia do Produto

5.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Prefeitura de Fernandópolis e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Prefeitura de Fernandópolis poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (Pedido de Empenho), a Prefeitura de Fernandópolis poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da Ordem de Fornecimento do Bem, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

6.16.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu

desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC.

6.16.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato.
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) Der causa à inexecução total do contrato.
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do 7.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,30% (trinta centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias,

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 3% (três por cento) a 8% (oito por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.



7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (quando houver) ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados na plataforma que ocorrer a sessão pública serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

7.9.2. As peculiaridades do caso concreto.

7.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

7.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante.

7.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam



tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. O prazo de validade.

8.12.2. A data da emissão.

8.12.3. Os dados do contrato e do órgão contratante.

8.12.4. O período respectivo de execução do contrato.

8.12.5. O valor a pagar.

8.12.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

8.15. A Administração deverá realizar consulta para:

8.15.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

8.15.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Setor Demandante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação de habilitação.

Prazo de Pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC/IBGE de correção monetária.

Forma de Pagamento

8.22. Pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de Pagamento

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Reajuste

8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/01/2026.

8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de Fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será realizado mediante solicitação pelo Departamento da Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde.

Exigências de Habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no

Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Registro válido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), exceto para suplementos alimentares e minerais, isentos de registro, conforme RDC nº 27/10.

9.14. Autorização de Funcionamento da Empresa: Certificado de regularidade junto à Anvisa ou autorização sanitária concedida pelo órgão competente, que comprove que o fornecedor está autorizado a comercializar medicamentos.

9.15. Licença de Funcionamento do Estabelecimento: Documento que comprove que o estabelecimento fornecedor dos medicamentos está regularizado perante os órgãos de vigilância sanitária competentes.

9.16. Certidão de Regularidade Técnica.

9.17. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

9.19. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.20. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.23. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.24. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.

9.25. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.26. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.27. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

Qualificação Econômico-Financeira

9.28. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.28.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.29. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.29.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538/2015);

9.29.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

9.29.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.29.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.30. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.31. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% [até 10%] do valor total estimado da contratação.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições Gerais sobre Habilitação

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 390.468,47 (Trezentos e noventa mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação, relativas ao exercício financeiro de 2026, correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Fernandópolis, sob a dotação orçamentária própria já prevista para esta contratação.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Fernandópolis-SP, 12 de maio de 2026.

JOSÉ MARTINS PINTO NETO

Secretário Municipal de Saúde

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar visa fundamentar a Elaboração de Ata de Registro de Preços para a Aquisição de Medicamentos para o **cumprimento das ordens judiciais expedidas em favor de munícipes** que necessitam de tratamentos específicos não contemplados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) bem como aquisição de **medicamentos** destinados ao atendimento das necessidades da **Atenção Básica, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)**, visando garantir a continuidade e a integralidade da assistência farmacêutica no âmbito da rede municipal de saúde, conforme especificado adiante.

Problema a ser resolvido sob a perspectiva do Interesse Público

A princípio a presente contratação visa a aquisição de medicamentos para o **cumprimento das ORDENS JUDICIAIS** expedidas em favor de munícipes que necessitam de tratamentos específicos não contemplados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Dessa forma, a aquisição dos medicamentos ora solicitados é imprescindível para a manutenção da regularidade no atendimento das ordens judiciais, garantindo assim a efetividade das políticas públicas de saúde e o cumprimento dos princípios da legalidade, eficiência e continuidade do serviço público.

Por outro lado, a presente demanda tem também por objetivo a **aquisição de medicamentos** destinados ao atendimento das necessidades da **Atenção Básica, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)**, visando garantir a continuidade e a integralidade da assistência farmacêutica no âmbito da rede municipal de saúde.

Os medicamentos a serem adquiridos são **itens que restaram fracassados ou desertos em pregão eletrônico realizado recentemente**, motivo pelo qual se faz necessária a reabertura do processo de aquisição, a fim de evitar o desabastecimento das unidades e assegurar o atendimento ininterrupto à população e visando.

Portanto, esta contratação para a aquisição dos medicamentos ora solicitados é imprescindível para a manutenção da regularidade no **atendimento das ordens**

judiciais, bem como suprir as necessidades da **Atenção Básica, UPA e SAMU** garantindo o acesso universal aos tratamentos essenciais; para promover um atendimento de saúde abrangente, eficiente e de qualidade para a população, atendendo às necessidades tanto de casos rotineiros quanto de situações de urgência e emergência; promover a saúde da população, prevenir doenças e complicações; reduzir custos para o sistema de saúde e fortalecer as estratégias de cuidados de saúde primários, justificando o interesse público na sua realização.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação encontra-se devidamente prevista e cadastrada no Plano de Contratações Anual (PCA), aprovado para o exercício 2026. A previsão do item no PCA pode ser consultada no sítio eletrônico oficial do Município de Fernandópolis (SP) no seguinte endereço:

<https://diariotransparente.com.br/publicacoes/visualizar/spfernandopolispm/2025-08-15/4169>

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras

Em atenção ao dever de padronização e otimização das especificações técnicas, A CONTRATAÇÃO OBSERVARÁ O CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, disponibilizada e gerenciada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para os itens e códigos a seguir:

ITEM	CATMAT	MEDICAMENTO	APRESENTAÇÃO
1	276283	Deslanosídeo 0,2 mg/ml	Ampola 2 ml
2	267660	Fenobarbital 100 mg	Comprimido
3	268299	Secnidazol 1g	Comprimido
4	270140	Biperideno 2 mg MARCA: Akineton 2 mg (Determinação Judicial)	Comprimido
5	267635	Clorpromazina 25 mg MARCA: Amplictil 25 mg (Determinação Judicial)	Comprimido



6	466650	Dupilumabe 200 mg	Seringa preenchida 1,14 ml
7	267657	Fenitoína 100 mg MARCA: Hidantal 100 mg (Determinação Judicial)	Comprimido
8	273836	Insulina Glargina 100 UI/ml	Frasco 10 ml
9	399010	Insulina Glargina 100 UI/ml	Canetas descartáveis preenchida 3 ml
10	268130	Levomepromazina 40 mg/ml MARCA: Neozine 4% (Determinação Judicial)	Frasco 20 ml
11 RESER VA DE COTA ATÉ 25% DO ITEM 6	466650	Dupilumabe 200 mg	Seringa preenchida 1,14 ml

Todos os medicamentos deverão apresentar registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Na presente contratação, em razão de determinação judicial, somente serão admitidas o fornecimento dos seguintes medicamentos: item 4 – Akineton 2mg, item 5 – AMPLICTIL 25 mg, item 7 – HIDANTAL 100 mg, item 10 – NEOZINE 4%.

Os medicamentos deverão conter a inscrição: " **Proibida a Venda no Comércio**" estampada na parte externa da embalagem, conforme Art. 7º da portaria n.º 2.814/GM de 29 de maio de 1.998.

A aquisição de medicamentos constantes nos convênios relacionados ao setor farmacêutico no âmbito do CONFAZ/02, ICMS 87/02, ICMS 21/03, ICMS 56/05, ICMS 34/06, ICMS 161/06 e ICMS 17/07, o Preço Fábrica e o Preço Máximo de Venda ao Governo devem ser calculados aplicando-se a desoneração do imposto.

Todos os medicamentos deverão ser licitados de acordo com os preços constantes no orçamento anexado aos autos e em conformidade com os valores estabelecidos pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) para compras públicas, publicados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A referida lista



apresenta **Preço de Fábrica (PF)** aplicável aos **itens 1, 2 e 3**, e **Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG)** aplicável aos **itens 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10**, correspondendo este último ao teto máximo pelo qual laboratórios ou distribuidores de medicamentos podem comercializar medicamentos à Administração Pública para cumprimento de decisão judicial, nos termos do inciso V do art. 2º da Resolução CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006, **aplicado o desconto CAP (Coeficiente de Adequação de Preços)**. Portanto, todos os participantes da licitação deverão observar rigorosamente os referidos tetos de preços, conforme as especificações estabelecidas, sendo desclassificadas as propostas que apresentarem valores superiores aos limites permitidos.

O prazo de validade dos medicamentos deverá ser acima de 15 (quinze) meses a contar da data do recebimento.

Natureza do Bem

Certifica-se que ESTE OBJETO SE TRATA DE BEM COMUM, pois é um objeto cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital por meio de especificações usuais de mercado e é utilizado amplamente por outros órgãos da Administração Pública, não se caracterizando como bem de natureza singular.

Bem de Luxo

Certifica-se que ESTE OBJETO NÃO SE TRATA DE BEM DE LUXO, porque as especificações técnicas e o padrão de qualidade do(s) bem(ns) a ser(em) adquirido(s) atendem estritamente aos requisitos funcionais essenciais para a satisfação da necessidade pública, não incluindo características, acessórios ou materiais supérfluos que elevem desnecessariamente o seu valor.

Exigências de Catálogos Específicos

Para esta contratação NÃO SERÁ EXIGIDA CATÁLOGOS ESPECÍFICOS, uma vez que o Catálogo Eletrônico de Padronização já fornece informações detalhadas e suficientes sobre as especificações técnicas, padrões de desempenho e dimensões do item, permitindo a avaliação completa da proposta sem a necessidade de documentos gráficos ou adicionais do licitante.

Exigência de Amostra

Para esta contratação NÃO SERÁ EXIGIDA AMOSTRA, uma vez que o objeto possui especificações padronizadas e está previsto no Catálogo Eletrônico, sendo o

atendimento aos requisitos de qualidade e desempenho garantido por meio de certificações e pela documentação técnica fornecida pelo licitante.

Garantia do Produto

As garantias dos bens adquiridos serão aquelas que constam no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), aplicando-se o prazo legal de 90 (noventa) dias para bens duráveis, não havendo necessidade técnica ou econômica que justifique a exigência de garantia contratual adicional para este objeto.

Indicação de Marca

Para esta contratação **será admitida somente as marcas de referência**, quando se tratar de medicamentos para cumprimento das SENTENÇAS JUDICIAIS e que nelas seja determinado a marca específica.

Vedação de Marca

Para esta contratação NÃO SERÁ VEDADA MARCA ESPECÍFICA, à medida que não há histórico comprovado ou evidência técnica que justifique a exclusão de nenhum fornecedor ou produto, garantindo a ampla competitividade e a isonomia.

Participação de Pessoas Físicas

Em observância aos objetivos da isonomia e da justa competição, e considerando a natureza estrutural da aquisição em tela, A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS neste processo de contratação NÃO SERÁ ADMITIDA, tendo em conta que a execução do contrato exige estrutura logística, capital de giro e capacidade de fornecimento em volume incompatíveis com a natureza profissional e a capacidade individual da pessoa natural. Adicionalmente, a contratação demanda uma estrutura de reposição/substituição rápida em caso de não conformidade, o que pressupõe uma organização empresarial estável e contínua. Desta forma, a vedação da Pessoa Física é necessária para assegurar a segurança jurídica e a economicidade da contratação, garantindo que o fornecedor possua a estrutura mínima para arcar com todas as obrigações de entrega e garantia do objeto.

Exigências de Qualificação Técnica

Para a presente contratação, NÃO SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL do licitante, sob a justificativa de que o objeto consisti em bens comuns com especificações padronizadas (conforme Catálogo Eletrônico), cuja entrega e conformidade são aferidas na fase de recebimento, não exigindo a comprovação de

experiência operacional prévia (Atestados) ou a disponibilização de pessoal técnico específico, conforme os incisos I, II e III do Art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Exigências de Licença Sanitária

Para a presente contratação, será exigida a apresentação de Licença Sanitária válida, compatível com a atividade exercida e emitida pelo órgão competente, com endereço coincidente ao local de produção, manipulação ou armazenamento.

Para empresas sediadas em outros municípios, será obrigatória a apresentação do Procedimento Operacional Padronizado (POP) de Transporte e documento de padronização, contendo informações sobre o veículo, condições higiênico-sanitárias, temperatura **e identificação dos responsáveis pelo transporte.**

Nos casos de serviços veterinários com uso de Raios X, a licença deverá autorizar expressamente a atividade com radiação ionizante. **A ausência ou incompatibilidade da documentação sanitária resultará na inabilitação da empresa.**

Exigência de Análise por Equipe Técnica Especializada

Para esta contratação sob o Sistema de Registro de Preços NÃO SERÁ EXIGIDA A ANÁLISE PRÉVIA DA PROPOSTA POR EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA na sessão pública, pois a natureza do bem é padronizada (Bem Comum), e a sua especificação no Termo de Referência é suficiente para análise do Agente de Contratação/Pregoeiro.

Vigência da Ata e dos Contratos

A Vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação. Poderá ser prorrogada por igual período (12 meses), nos termos do Art. 84, mediante comprovação da manutenção do preço mais vantajoso para a Administração.

A Vigência dos Contratos Derivados da Ata será estritamente limitada ao prazo necessário para a aquisição pontual do item e sua respectiva fiscalização e recebimento definitivo. NÃO HÁ PREVISÃO DE PRORROGAÇÃO SUCESSIVA para os contratos derivados, salvo prorrogação por prazo determinado devido a atrasos na execução decorrentes de fato do Contratante ou de caso fortuito/força maior.

Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

A estimativa da quantidade necessária para a presente contratação está detalhada na tabela a seguir, que representa a DEMANDA TOTAL ESTIMADA para 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP):

ITEM	CATMAT	MEDICAMENTO	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE
1	276283	Deslanosídeo 0,2 mg/ml	Ampola 2 ml	500
2	267660	Fenobarbital 100 mg	Comprimido	250.000
3	268299	Secnidazol 1g	Comprimido	5.000
4	270140	Biperideno 2 mg Referência: Akineton 2 mg (Determinação Judicial)	Comprimido	2.000
5	267635	Clorpromazina 25 mg Referência: Amplictil 25 mg (Determinação Judicial)	Comprimido	2.000
6	466650	Dupilumabe 200 mg	Seringa preenchida 1,14 ml	50
7	267657	Fenitoína 100 mg Referência: Hidantal 100 mg (Determinação Judicial)	Comprimido	2.000
8	273836	Insulina Glargina 100 UI/ml	Frasco 10 ml	100
9	399010	Insulina Glargina 100 UI/ml	Canetas descartáveis preenchida 3 ml	1.000
10	268130	Levomepromazina 40 mg/ml Referência: Neozine 4% (Determinação Judicial)	Frasco 20 ml	200
11 RESER VA DE COTA ATÉ 25% DO ITEM 6	466650	Dupilumabe 200 mg	Seringa preenchida 1,14 ml	10



Certificação e Metodologia de Cálculo

A determinação do quantitativo considerou a estimativa de consumo e utilização prováveis, com base em técnica adequada. A estimativa da quantidade foi apurada utilizando o método de Projeção de Demanda Específica e Estoque Mínimo de Segurança.

Detalhamento e Memória de Cálculo

O quantitativo estimado para a futura contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) foi definido com base na memória de cálculo apresentada neste Estudo Técnico Preliminar. A estimativa considera o histórico de consumo dos últimos exercícios, a demanda projetada pelos setores requisitantes, eventuais variações sazonais, bem como a necessidade de atendimento contínuo e não interrompido das atividades municipais.

Por se tratar de registro de preços, os quantitativos representam previsões de consumo e não obrigam a Administração à contratação integral, permitindo ajustar as aquisições de acordo com a demanda real ao longo da vigência da Ata. Assim, a definição das quantidades estimadas busca assegurar disponibilidade adequada dos itens, sem gerar sobrestocagem, garantindo flexibilidade administrativa e aderência ao princípio da eficiência.

As projeções adotadas demonstram que o quantitativo estimado é proporcional às necessidades operacionais do Município de Fernandópolis, proporcionando equilíbrio entre previsibilidade, economicidade e capacidade de atendimento.

Análise de Interdependência e Economia de Escala

A determinação do quantitativo considerou a demanda consolidada de todos os setores da Prefeitura, o que possibilita economia de escala em relação ao preço unitário. A contratação não gerará duplicidade de esforços ou sobreposição de itens com outros contratos vigentes.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Análise das Alternativas Possíveis

A escolha da solução a contratar foi precedida da análise de alternativas para o atendimento da necessidade, sendo avaliadas as seguintes possibilidades:

- **Alternativa 1:** Aquisição dos medicamentos por meio de licitação (pregão eletrônico com sistema de registro de preços).
- **Alternativa 2:** Aquisição direta por dispensa de licitação, em caráter emergencial.
- **Alternativa 3:** Pegar Carona em uma Ata de Registro de Preços: Implica a utilização de uma Ata válida gerenciada por outro órgão para realizar a aquisição.

Justificativa Técnica e Econômica da Escolha

A Aquisição do Bem, através de pregão eletrônico com Sistema de Registro de Preços (Alternativa 1), foi a solução eleita como a mais vantajosa para a Administração. A aquisição de medicamentos através de pregão com Sistema de Registro de Preços é a alternativa considerada mais adequada para o suprimento regular e previsível das unidades de saúde, possibilitando maior competitividade, economia de escala, transparência e planejamento do abastecimento, especialmente para medicamentos padronizados e de consumo recorrente e ainda assegurando o atendimento tempestivo às necessidades da rede de saúde, garantindo o cumprimento das decisões judiciais e a continuidade dos serviços prestados à população e a observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento.

Avaliação da Competitividade do Mercado

O mercado fornecedor de Medicamentos para o cumprimento das ordens judiciais expedidas em favor de municípios que necessitam de tratamentos específicos não contemplados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) bem como **medicamentos** destinados ao atendimento das necessidades da **Atenção Básica, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)** é considerado plenamente competitivo e possui múltiplos players aptos a atender a especificação padronizada, sendo o item de ampla oferta no contexto nacional. Isso se deve ao fato de que o objeto consiste em bens comuns com especificações padronizadas (Catálogo Eletrônico), que não exigem insumos ou tecnologias exclusivas, incentivando a ampla participação.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O VALOR ESTIMADO TOTAL DESTA CONTRATAÇÃO É DE R\$ 390.468,47 (Trezentos e noventa mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e sete centavos), conforme Pesquisa de Preço anexo a este ETP.



Detalhamento dos Valores

A estimativa foi calculada com base na multiplicação da quantidade demandada pelo valor unitário de referência obtido na Pesquisa de Preços. O detalhamento segue na tabela abaixo:

ITEM	CATMAT	MEDICAMENTO	APRESENTAÇÃO	QUANTIDA DE	VALOR ESTIMADO	VALOR TOTAL
1	276283	Deslanosídeo 0,2 mg/ml	Ampola 2 ml	500	R\$ 2,8200	R\$ 1.410,00
2	267660	Fenobarbital 100 mg	Comprimido	250.000	R\$ 0,2272	R\$ 56.800,00
3	268299	Secnidazol 1g	Comprimido	5.000	R\$ 1,2564	R\$ 6.282,00
4	270140	Biperideno 2 mg Referência: Akineton 2 mg (Determinação Judicial)	Comprimido	2.000	R\$ 0,5733	R\$ 1.146,60
5	267635	Clorpromazina 25 mg Referência: Amplictil 25 mg (Determinação Judicial)	Comprimido	2.000	R\$ 0,4867	R\$ 973,40
6	466650	Dupilumabe 200 mg	Seringa preenchida 1,14 ml	50	R\$ 4.244,4850	R\$ 212.224,25
7	267657	Fenitoína 100 mg Referência: Hidantal 100 mg (Determinação Judicial)	Comprimido	2.000	R\$ 0,6200	R\$ 1.240,00
8	273836	Insulina Glargina 100 UI/ml	Frasco 10 ml	100	R\$ 170,7271	R\$ 17.072,71
9	399010	Insulina Glargina 100 UI/ml	Canetas descartáveis preenchida 3 ml	1.000	R\$ 47,5460	R\$ 47.546,00
10	268130	Levomepromazina 40 mg/ml Referência: Neozine 4% (Determinação Judicial)	Frasco 20 ml	200	R\$ 16,6433	R\$ 3.328,66
11 RESERV A DE COTA	466650	Dupilumabe 200 mg	Seringa preenchida 1,14 ml	10	R\$ 4.244,4850	R\$ 42.444,85





ATÉ 25% DO ITEM 6						
----------------------------	--	--	--	--	--	--

Metodologia da Pesquisa e Fontes

A estimativa de valor foi obtida por meio de pesquisa de preços, seguindo os parâmetros definidos no Decreto Municipal 9.574/23 e representa o limite máximo de gasto para a vigência da Ata. A memória de cálculo e os documentos que lhe dão suporte estão detalhados no Pesquisa de preço anexo.

Sigilo da Informação

Certifica-se que a Estimativa do VALOR DA CONTRATAÇÃO NÃO É SIGILOSA, uma vez que será divulgada no edital e demais documentos da fase externa do processo licitatório, considerando que tal divulgação não compromete a competitividade nem a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Detalhamento da Solução Escolhida

A solução final a ser contratada consiste na AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificação detalhada no Tópico Requisitos da Contratação.

O escopo da contratação (ARP) abrange o registro do preço e o Contrato ou Instrumento Equivalente Derivado da ARP (o instrumento que materializa a compra) abrangerá a entrega do(s) bem(ns) em perfeitas condições no seguinte local: **Central de Abastecimento Farmacêutico Av. Porto Alegre, 350 - Jardim Santa Rita, Prefeitura Municipal, Fernandópolis-SP**, com horário de funcionamento das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00. Esta solução foi eleita por ser a mais vantajosa técnica e economicamente, à medida que atende de forma satisfatória à necessidade pública.

A princípio a solução proposta visa atender a uma demanda específica e urgente de fornecimento de medicamentos determinados por decisões judiciais, com o objetivo de garantir o direito à saúde dos cidadãos.



A solução contempla a aquisição dos medicamentos nas quantidades e especificações técnicas definidas no Termo de Referência, assegurando que os produtos atendam aos padrões de qualidade exigidos pela ANVISA e possuam registro válido.

A contratação através de processo de licitação na modalidade de pregão eletrônico com sistema de registro de preços, tem como objetivo a aquisição de medicamentos para o cumprimento das ordens judiciais expedidas em favor de munícipes que necessitam de tratamentos específicos não contemplados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A solução proposta consiste também na aquisição de medicamentos essenciais destinados ao atendimento das demandas assistenciais das unidades de Atenção Básica, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), com o objetivo de garantir a continuidade, integralidade e qualidade da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A solução contempla a aquisição dos medicamentos nas quantidades e especificações técnicas definidas no Termo de Referência, assegurando que os produtos atendam aos padrões de qualidade exigidos pela ANVISA e possuam registro válido.

A implementação da presente contratação visa:

- Garantir o abastecimento regular das unidades de saúde, prevenindo desassistência à população;
- Atender às demandas de urgência e emergência (UPA e SAMU) e às ações contínuas de promoção e prevenção em saúde (Atenção Básica);
- Otimizar a gestão de estoques e reduzir riscos de desabastecimento;
- Padronizar a aquisição de medicamentos em consonância com a política municipal de saúde, promovendo eficiência administrativa e econômica.

A contratação através de processo de licitação na modalidade de pregão eletrônico com sistema de registro de preços, visa evitar desabastecimento otimizar a gestão de estoques, e padronizar a aquisição em conformidade com a política municipal de saúde, contribuindo para a eficiência administrativa e a melhoria da assistência farmacêutica no município.

Exigências de Manutenção e Assistência Técnica

A entrega dos produtos solicitados deverá acontecer em transportes adequados para a distribuição de medicamentos, garantindo a eficácia destes, dentro dos prazos

acordados e a empresa deverá prestar assistência técnica em caso de problemas durante o transporte.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada mediante PARCELAMENTO EM ITENS, conforme o quantitativo apresentado no Tópico 4. O parcelamento segue a regra estabelecida no Art. 47, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que a divisão do objeto se mostrou técnica e economicamente viável.

A análise realizada evidenciou essa divisão não acarreta perda de economia de escala. Ao contrário, promove melhor aproveitamento do mercado fornecedor e amplia a competitividade, possibilitando que empresas especializadas em diferentes tipos de bens comuns participem apenas dos itens relacionados ao seu ramo de atuação.

Outrossim, essa decisão está em consonância com as práticas usuais do setor econômico para bens padronizados.

9. TRATAMENTO JURÍDICO DIFERENCIADO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06

Nos termos dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, será assegurado tratamento diferenciado e simplificado às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), quando aplicável.

A divisão do objeto em itens (1 a 11) foi realizada com base em critérios técnicos e de mercado, considerando a autonomia funcional, a viabilidade de fornecimento por diferentes empresas e a ampliação da competitividade, não configurando fracionamento indevido do objeto.

Fica estabelecida a participação exclusiva de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) para os itens cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

Em relação ao item 6, cujo quantitativo total é de 60 unidades e valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será adotada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento), o que correspondente a 10 unidades, destinada à participação exclusiva de ME/EPP, nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

A adoção da cota reservada mostra-se técnica e economicamente viável, não implicando prejuízo ao conjunto da contratação, tendo em vista a divisibilidade do objeto, a padronização dos itens e a existência de múltiplos fornecedores aptos no mercado.

A operacionalização da cota reservada ocorrerá **mediante a criação de item específico - item 11**, assegurando-se julgamento independente e adjudicação própria, conforme as regras do edital.

O enquadramento como ME ou EPP deverá ser comprovado nos termos da legislação vigente, mediante declaração do licitante, sob as penas da lei.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A Elaboração de Registro de Preços para a Aquisição de Medicamentos para o **cumprimento das ordens judiciais expedidas em favor de munícipes** que necessitam de tratamentos específicos não contemplados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) bem como **medicamentos** destinados ao atendimento das necessidades da **Atenção Básica, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)** está alinhada aos objetivos estratégicos da Prefeitura Municipal de Fernandópolis e busca alcançar resultados diretos e indiretos voltados à economicidade, eficiência administrativa e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Benefícios em Termos de Economicidade e Eficiência

O Sistema de Registro de Preços constitui um dos principais benefícios em termos de economicidade e eficiência. A flexibilidade da Ata de Registro de Preços (ARP) permite que a aquisição seja realizada somente no momento da efetiva necessidade (compras just-in-time), conforme a demanda das secretarias. Esta metodologia, aliada à estimativa precisa das quantidades apresentada no Tópico 4, assegura que o recurso público seja aplicado de forma eficiente e otimizada, evitando desperdícios de recursos materiais e financeiros decorrentes de compras superiores à demanda real e da formação de estoques excessivos.

Benefícios em Termos de Eficácia e Melhoria da Qualidade

A aquisição dos bens com o padrão de qualidade exigido contribui diretamente para a eficácia e a melhoria dos serviços prestados. A medida assegura a continuidade operacional e elimina as interrupções e falhas decorrentes do uso de itens obsoletos ou

danificados, garantindo maior confiabilidade e qualidade na execução das atividades destinadas à população de Fernandópolis. A existência da ARP garante o acesso rápido e padronizado aos bens, o que confere maior agilidade na resposta às demandas emergenciais.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

As providências abaixo serão adotadas pela Administração Municipal de Fernandópolis durante a fase de planejamento e antes da celebração do contrato.

Designação e Acesso do Gestor e Fiscal do Contrato

Durante a fase de planejamento, o processo será formalizado e instruído para a designação do Gestor e do(s) Fiscal(is) do Contrato.

A designação ocorrerá ainda durante a fase de planejamento, antes da finalização do Termo de Referência (TR), garantindo que os servidores designados tenham acesso integral ao ETP com antecedência, a fim de:

1. Gestão da Ata (Órgão Gerenciador): Acompanhar a vigência, realizar a formalização dos fornecedores registrados e controlar o saldo máximo de consumo referente aos itens registrados.
2. Fiscalização das Entregas: Verificar a conformidade de cada entrega realizada pelos fornecedores, avaliando o atendimento às especificações técnicas, prazos e quantidades descritas nos pedidos de fornecimento.

Capacitação e Orientação para Gestão de Ata e Fiscalização de Aquisições

O Departamento de Contratos, em razão de sua estrutura e capacidade técnica, será responsável pela orientação e, quando necessário, pela capacitação específica dos servidores designados. A orientação será direcionada à Gestão de Atas (SRP) e à Fiscalização das entregas, abrangendo:

- Conhecimento dos Itens Registrados: Treinamento sobre as especificações técnicas e unidades de fornecimento de cada item da Ata, critérios de aceitação para recebimento definitivo, conferência quantitativa e qualitativa e regras de glosa em caso de entrega em desacordo com o previsto.
- Gestão da Ata (SRP): Orientações sobre os procedimentos de emissão dos Contratos Derivados/Pedidos de Fornecimento, controle do saldo máximo de



consumo, eventuais adesões e trâmites relacionados ao reequilíbrio econômico-financeiro quando cabível.

- Aplicação Contratual e Fiscalização: Reforço das atribuições legais dos fiscais e gestores, incluindo procedimentos de verificação da conformidade das entregas, análise de prazos, registro de ocorrências e aplicação de sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e nas normativas municipais.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A presente Elaboração de Registro de Preços para a Aquisição de Medicamentos para o **cumprimento das ordens judiciais expedidas em favor de municípios** que necessitam de tratamentos específicos não contemplados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) bem como **medicamentos** destinados ao atendimento das necessidades da **Atenção Básica, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)** foi analisada em relação a outros contratos e processos de aquisição vigentes na Prefeitura Municipal de Fernandópolis, com o intuito de verificar interdependência, evitar o fracionamento indevido de despesa e assegurar a economia de escala.

Verificação de Interdependência

Não foram identificadas contratações simultâneas ou anteriores que possuam interdependência direta com o objeto desta licitação, cuja falta comprometeria a funcionalidade do bem a ser adquirido. A constituição da Ata de Registro de Preços (ARP) é autônoma e tem como finalidade fornecer um instrumento ágil para futuras aquisições, não dependendo da conclusão de outro processo licitatório para que os bens, quando requisitados, possam ser utilizados de forma eficaz pelo órgão.

Análise de Correlacionamento e Não Fracionamento

Verifica-se a existência de Atas de Registro de Preços vigentes relacionadas a objetos similares, conforme segue:

- Processo Licitatório nº 243/24, Pregão Eletrônico nº 95/2024, vigente até 10/03/2026;
- Processo Licitatório nº 021/25, Pregão Eletrônico nº 04/2025, vigente até 12/05/2026.

Considerando a necessidade de otimizar a gestão administrativa e garantir maior celeridade nos trâmites, optou-se por reunir em um único processo licitatório os itens



referentes a diferentes pregões, ainda que algumas Atas de Registro de Preços possuam prazos de vigência distintos.

Ressalta-se que, havendo sobreposição de itens entre as Atas existentes e a nova licitação, será priorizada a utilização do menor valor registrado, em observância aos princípios da economicidade e da eficiência que regem a Administração Pública.

Por outro lado, verifica-se a existência de processo licitatório recente — Pregão Eletrônico nº 90/2025 e Pregão Eletrônico n.º 97/2025 — que contemplava itens idênticos aos ora requisitados, destinado ao atendimento demandas por Ordem Judicial e das demandas de medicamentos da Atenção Básica, UPA e SAMU. No entanto, referidos certames com relação aos itens objeto desta licitação restaram, fracassados e/ou desertos não sendo possível a contratação e aquisição dos medicamentos para suprir integralmente a necessidade dos serviços de saúde.

Dessa forma, a nova licitação não configura sobreposição indevida de objetos, mas sim uma medida de racionalização e aprimoramento da gestão das aquisições públicas, visando assegurar melhor planejamento, controle e aproveitamento dos recursos disponíveis.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A contratação visa incorporar critérios de sustentabilidade e mitigar os possíveis impactos ambientais decorrentes da Elaboração de Ata de Registro de Preços para a Aquisição de Medicamentos para o **cumprimento das ordens judiciais expedidas em favor de municípios** que necessitam de tratamentos específicos não contemplados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) bem como **medicamentos** destinados ao atendimento das necessidades da **Atenção Básica, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)**.

Embora os medicamentos sejam essenciais para promover a saúde da população, sua produção, uso e descarte podem ter efeitos adversos no meio ambiente. Alguns impactos ambientais a serem considerados:

- Embalagens e Descartes de Materiais: O uso de embalagens pode gerar resíduos como plásticos e papelões, que necessitam de descarte adequado. Será priorizada a contratação de fornecedores que utilizem embalagens

recicláveis e serão fornecidas orientações para o descarte correto desses materiais.

- Transporte e Emissões de Gases: O transporte dos produtos pode resultar em emissões de gases poluentes. Será dada preferência a fornecedores que adotem práticas logísticas sustentáveis, com o uso de veículos com menores impactos ambientais.
- Impactos no Ciclo de Vida dos Produtos: O ciclo de vida dos produtos, desde a produção até o descarte, pode gerar impactos ambientais. Serão priorizados fornecedores que adotem práticas de economia circular, visando a reutilização e reciclagem de materiais.
- Contaminação do Solo: O descarte inadequado de medicamentos ou seus resíduos pode resultar na contaminação do solo, especialmente se forem utilizados métodos de eliminação que não garantam a degradação segura de substâncias químicas presentes nos medicamentos.
- Toxicidade para a Vida Aquática: Alguns ingredientes ativos presentes em medicamentos, como antibióticos e hormônios, podem ser tóxicos para organismos aquáticos quando liberados no meio ambiente, afetando a vida selvagem em rios, lagos e oceanos.

Para mitigar esses impactos ambientais, são adotadas medidas como:

- Implementação de programas de descarte seguro de medicamentos vencidos ou não utilizados, incluindo a disponibilização de pontos de coleta específicos em Farmácias e Unidades de Saúde, para que seja realizado o descarte correto dos medicamentos.
- Promover a conscientização sobre o uso racional de medicamentos e os impactos ambientais associados, educando profissionais de saúde e a população em geral.
- Estabelecer políticas de compras públicas sustentáveis que priorizem medicamentos de fabricantes comprometidos com práticas ambientalmente responsáveis.

14. CONCLUSÃO

Após a análise detalhada da necessidade, dos requisitos, das alternativas de mercado e da viabilidade legal, conclui-se que a Elaboração de Ata de Registro de Preços para a Aquisição de Medicamentos para o **cumprimento das ordens judiciais expedidas em favor de munícipes** que necessitam de tratamentos específicos não contemplados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) bem como **medicamentos** destinados ao atendimento das necessidades da **Atenção Básica, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)** é a solução mais adequada para atender à necessidade pública.

O presente Estudo Técnico Preliminar demonstra que:

1. **A necessidade está claramente definida** (Tópico 1) e alinhada ao planejamento estratégico do Município de Fernandópolis (Tópico 2).
2. **O objeto é um bem comum**, com especificações padronizadas (Tópico 3), garantindo a ampla competitividade do certame.
3. **A Aquisição do Bem via SRP** (Alternativa 1) **é a opção mais vantajosa** sob os aspectos técnico e econômico, com o mercado fornecedor sendo plenamente competitivo (Tópico 5).
4. **As quantidades** (Tópico 4) foram estimadas com base em técnica adequada, **e o valor máximo de registro** (Tópico 6) está devidamente justificado, buscando a economicidade.
5. **A Solução foi descrita em sua totalidade** (Tópico 7), contemplando a logística de entrega e as exigências de garantia e manutenção.
6. **As justificativas para o Parcelamento em Itens foram apresentadas** (Tópico 8), visando a ampliação da competitividade.
7. **Foi observado o tratamento diferenciado para MEs/EPPs** (Tópico 9).
8. **Os resultados pretendidos** (Tópico 10) **demonstram a eficácia e a economicidade** esperadas com a contratação.
9. **As Providências Prévias** (Tópico 11) **foram definidas**, incluindo a designação do Gestor e Fiscal na fase de planejamento.
10. **A contratação não possui interdependência** que comprometa sua execução (Tópico 12).



11. Foram observadas as regras de sustentabilidade e medidas mitigadoras de impactos ambientais (Tópico 13).

Diante do exposto, os elementos apresentados justificam a solução escolhida e atestam a viabilidade técnica, econômica e legal para o prosseguimento da fase interna da contratação, devendo ser elaborado o Termo de Referência com base nos requisitos aqui estabelecidos.

Fernandópolis-SP, 21 de Janeiro de 2026.

SERGIO TAHARA

Equipe de Planejamento



Análise de Riscos						
1. Informações Básicas						
“Elaboração de Ata de Registro de Preços para futura Aquisição de Medicamentos para o cumprimento das ordens judiciais bem como aquisição de medicamentos destinados ao atendimento das necessidades da Atenção Básica, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) , visando garantir a continuidade e a integralidade da assistência farmacêutica no âmbito da rede municipal de saúde”						
2. Riscos Identificados						
Número do Risco	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco	Número do item
R-01	Contratação em quantidade insuficiente	Planejamento de demanda equivocado, mal estruturado	Planejamento	Administração	Baixo	01 à 10
Impactos						
1 - Não atendimento da demanda.						
Ações Preventivas						
P-01 - Levantamento adequado do quantitativo.				Responsável: A Secretaria Demandante do Proc. Adm.		
Ações de Contingência						
C-01 - Suspensão do processo para adequações.				Responsável: A Secretaria Demandante do Proc. Adm.		
C-02 - Instrução de novos processos de contratação (licitações, contratações diretas ou adesões).				Responsável: A Secretaria Demandante do Proc. Adm.		
Número do Risco	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco	Número do item
R-02	Fracasso dos itens	Empresas cotando no certame com valor acima do máximo aceitável pela Administração	Seleção do Fornecedor	Administração	baixo	01 à 10
Impactos						
1 - Inviabilidade da aquisição do bem						
Ações Preventivas						



P-01 - Pesquisa de preços adequadamente realizada de forma a refletir os valores de mercado				Responsável: Setor ou Compras da Secretaria Demandante.		
Ações de Contingência						
C-01 - Refazimento da pesquisa de preços e de novo Processo Licitatório				Responsável: Setor ou Compras da Secretaria Demandante.		
Número do Risco	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco	Número do item
R-03	Itens desertos	Escolha inadequada da Solução de mercado; desinteresse do mercado; item mal especificado; CATMAT inadequado	Seleção do Fornecedor	Administração	Baixo	01 à 10
Impactos						
1 - Inviabilidade de aquisição do bem						
Ações Preventivas						
P-01 - Adequada análise do mercado. Busca por CATMAT adequado. Refazimento de novo Processo Administrativo.				Responsável: Secretaria Demandante.		
Ações de Contingência						
C-01 – Novo Processo Licitatório				Responsável: Secretaria Demandante.		
C-02 - Processo de contratação direta				Responsável: Secretaria Demandante.		
C-03 - Processo de contratação por meio de adesão.				Responsável: Secretaria Demandante.		
Número do Risco	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco	Número do item
R-04	Fracasso dos itens	Exigências de habilitação que comprometem a competitividade	Seleção do Fornecedor	Administração	Baixo	01 à 10



Impactos						
1 - Impossibilidade da contratação						
Ações Preventivas						
P-01 - Adequada avaliação da legislação/regulamentação pertinente à demanda					Responsável: Setor ou Compras da Secretaria Demandante	
Ações de Contingência						
C-01 - Suspensão do certame para análise e adequação das exigências					Responsável: Setor ou Compras da Secretaria Demandante	
C-02 - Instrução de novos processos de contratação					Responsável: Setor ou Compras da Secretaria Demandante	
Número do Risco	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco	Número do item
R-05	Processo de contratação ineficiente	Morosidade na instrução processual	Planejamento	Administração	Baixo	01 à 10
Impactos						
1 - Mora na contratação						
2 - Atendimento da demanda em momento inadequado						
Ações Preventivas						
P-01 - Adoção de modelos de documentos.					Responsável: Secretaria do Compras e Procuradoria	
P-02 - Engajamento das equipes de planejamento e/ou unidades técnicas					Responsável: Secretaria do Compras e Procuradoria	
P-03 - Atenção às recomendações de boas práticas processuais					Responsável: Secretaria do Compras e Procuradoria	
Ações de Contingência						
C-01 - Adequada instrução prestigiando o princípio da celeridade					Responsável: Secretaria do Compras e Procuradoria	
Número do Risco	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco	Número do item



Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
20/2026	986411	Concluída	PRISCILA CRISTINA DO PRADO PANTANO FACCO
Título: PESQUISA DE PREÇOS PARA LICITAÇÃO DE MEDICAMENTOS			
Observações:			
Total de itens cotados: 10		Valor total da pesquisa de preços: R\$ 390.468,4700	

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
276283 - Deslanósido Dosagem: 0,2 Mg/ML , Apresentação: Solução Injetável	Ampola 2 Mililitro	500
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 2,3400	R\$ 2,8200	R\$ 2,4300
Método de cálculo adotado: Média		
Coeficiente de Variação: 19,1844%		
Desvio Padrão: 0,5410		
Maior Preço: R\$ 3,6554		

Filtro Aplicado
Período: 6 Meses
Modalidade(s): Pregão
Forma: Registro de Preço
Esfera: Municipal

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	600	Ampola 2 Mililitro	R\$ 2,3400	18/11/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
45052205901122025		18/11/2025		11		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de Medicamentos de Uso Hospitalar tipo injetáveis, comprimidos, soluções orais e de uso tópico, para atender as necessidades da Secretária Municipal de Saúde no período de 12 meses.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Municipal		450522		SISRP		Pregão	
Fornecedor		CALLMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA		Marca/modelo			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE São MIGUEL DO IGUAÇU - Compras.gov.br	200	Ampola 2 Mililitro	R\$ 2,4300	29/10/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
98788905900742025		29/10/2025		34		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Medicamentos Injetáveis, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento pelo Hospital e Maternidade Municipal São Miguel Arcanjo HMMSMA e por meio da Central de Abastecimento Farmacêutico CAF, com fornecimento gratuito através da Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Iguaçu-PR., conforme edital anexos.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Municipal		987889		SISRP		Pregão	
Fornecedor				Marca/modelo			
CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA				UNIAO QUIMICA			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	PREFEITURA DE SANTA MARIA/RS - Compras.gov.br	400	Ampola 2 Mililitro	R\$ 2,4000	10/07/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
98884105900412025		10/07/2025		35		Objeto: Pregão Eletrônico - RP - Medicamentos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Municipal		988841		SISRP		Pregão	
Fornecedor		Marca/modelo		Edital		Compra	
CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		uniao quimica		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Índice e Valor		Ata					
-		Acesse a Ata					
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	III	HOSPITALAR DISTRIBUIDORA - Sítios Eletrônicos Especializados	500		R\$ 3,6554	12/01/2026	Sim
Data da Cotação		Marca/Modelo		Informações Adicionais			
12/01/2026		DESLANOSÍDEO 0,2 MG/ML		-			
Hora da Cotação		Endereço Eletrônico		Anexos			
09:21		https://www.hospitalardistribuidora.com.br/deslanol-0-2-mg-ml-injetavel-com-50-ampolas-de-2-ml-uniao-quimica/p?srsltid=AfmBOos3Lcm5KnuEGxbFs4Qo2s_LAYySnejGsaQ3iEN-3s5tte1wxvq		Deslanol 0,2 mg_mL Injetável Com 50 Ampolas de 2 mL - União Química _ Hospitalar Distribuidora _ Hospitalar Distribuidora.pdf			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	III	BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Sítios Eletrônicos Especializados	500		R\$ 3,2748	12/01/2026	Sim
Data da Cotação		Marca/Modelo		Informações Adicionais			
12/01/2026		DESLANOSÍDEO 0,2 MG/ML		-			
Hora da Cotação		Endereço Eletrônico		Anexos			
09:24		https://magazinemedica.com.br/produtos/deslanosideo-02mgml-2ml-50amp-deslanol-uniao-quimica/?srsltid=AfmBOopA3RarxyLZ884bLJskIPQtRLhTEqkgAMTIRFus21H_4yTCUgai		Deslanosideo 0,2Mg_ML 2ML 50Amp Deslanol UNIÃO QUÍMICA.pdf			

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
267660 - Fenobarbital Sódico Dosagem: 100 M	Comprimido	250000

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 0,1900

Média

R\$ 0,2272

Mediana

R\$ 0,2202

Coeficiente de Variação: 16,9014%

Desvio Padrão: 0,0384

Maior Preço: R\$ 0,2900

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Quantidade mínima: 100000
Período: 6 Meses
Modalidade(s): Pregão
Forma: Registro de Preço
Esfera: Municipal

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE MARINGA - PR - Compras.gov.br	345390	Comprimido	R\$ 0,1939	02/12/2025	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98769105901172025	02/12/2025	31	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para aquisição de MEDICAMENTOS necessários aoabastecimento da rede pública municipal, por solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, visando o atendimento integral à saúde da população conforme previsto na Lei nº 8080/1988, que rege o Sistema Único de Saúde.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	987691	SISRP	Pregão
Fornecedor	Ata	Marca/modelo	Compra
SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Acesse a Ata	GENERIC	Acesse o Edital
Índice e Valor			Acesse a compra
-			
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS - Compras.gov.br	308000	Comprimido	R\$ 0,1900	15/10/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item	Objeto da Compra		
98444505901062025		15/10/2025		6	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para aquisições futuras e eventuais de medicamentos e suplementos diversos para a manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica do município de Divinópolis/MG, conforme especificações do Anexo I deste Edital.		
Esfera		UASG		Forma	Modalidade		
Municipal		984445		SISRP	Pregão		
Fornecedor				Marca/modelo			
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA				CX C/20BL X 10CP 1.			
Índice e Valor		Ata		Edital	Compra		
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital	Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	613100	Comprimido	R\$ 0,1900	14/10/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
98621905935852025		14/10/2025		1		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição estimada anual de medicamentos Remume para atendimento a unidades básicas de saúde, devidamente especificados no anexo I do edital, através do sistema de registro de preços.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Municipal		986219		SISRP		Pregão	
Fornecedor				Marca/modelo			
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA				UNIÃO QUÍMICA			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	III	CENTERMEDI HOSPITALAR - Sítios Eletrônicos Especializados	250000		R\$ 0,2464	12/01/2026	Sim
Data da Cotação		Marca/Modelo		Informações Adicionais			
12/01/2026		FENOBARBITAL 100 MG		-			
Hora da Cotação		Endereço Eletrônico		Anexos			
09:30		https://centermedi.com.br/previas/reports/relOrcamento.php		CENTERMEDI.pdf			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	III	PAGUE MENOS - Sítios Eletrônicos Especializados	250000		R\$ 0,2530	12/01/2026	Sim
Data da Cotação		Marca/Modelo	Informações Adicionais				
12/01/2026		FENOBARBITAL 100 MG	-				
Hora da Cotação		Endereço Eletrônico	Anexos				
09:41		https://www.paguemenos.com.br/fenobarbital-100mg-com-30-comprimidos-generico-teuto/p?srsId=AfmBOooYuSfJDUXG_YYKKr3f2OXj1kefHVooZGIDQZOIk9jLTJGbeh8	Fenobarbital 100mg 30 Comprimidos Genérico Teuto - Pague Menos.pdf				

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	III	FARMÁCIA PREÇO POPULAR - Sítios Eletrônicos Especializados	250000		R\$ 0,2900	12/01/2026	Sim
Data da Cotação		Marca/Modelo	Informações Adicionais				
12/01/2026		FENOBARBITAL 100 MG	-				
Hora da Cotação		Endereço Eletrônico	Anexos				
09:43		https://www.precopopular.com.br/fenobarbital-u-q-100mg-com-30-comprimidos/p?srsId=AfmBOopSsKMCRQnyMVXr9COMBFN4vk-q3BYnxOBZk5N1mDLCUbMzrOa6	FENOBARBITAL U.Q 100MG COM 30 COMPRIMIDOS - Preço Popular.pdf				

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
268299 - Secnidazol Concentração: 1.000 M	Comprimido	5000
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 0,7300	R\$ 1,2564	R\$ 0,9679
Método de cálculo adotado: Média		
Coeficiente de Variação: 58,6358%		
Desvio Padrão: 0,7367		
Maior Preço: R\$ 3,2100		

Filtro Aplicado

Quantidade máxima: 5000

Período: 6 Meses

Modalidade(s): Pregão

Forma: Registro de Preço

Esfera: Municipal

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE LONDRINA - PR - Compras.gov.br	48	Comprimido	R\$ 3,2100	28/11/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item	Objeto da Compra		
98766705901632025		28/11/2025		29	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preçopara aquisição de medicamentos manipulados para atendimento dos serviços Apoio Social, SAD, Maternidade e Policlínica, constantes na lista de itens padronizados		
Esfera		UASG		Forma	Modalidade		
Municipal		987667		SISRP	Pregão		
Fornecedor				Marca/modelo			
FAMADER FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA				MANIPULADO			
Índice e Valor		Ata		Edital	Compra		
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital	Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	PREFEITURA DE OURIZONA - Compras.gov.br	300	Comprimido	R\$ 0,8000	26/11/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
98772905900532025		26/11/2025		259		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preçopara aquisição de medicamentos para o departamento de saúde do município.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Municipal		987729		SISRP		Pregão	
Fornecedor				Marca/modelo			
PLENA MEDICA HOSPITALAR LTDA				Pharlab			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	PREFEITUA MUNICIPAL DE ITATIAIUCU - MG - Compras.gov.br	100	Comprimido	R\$ 1,4300	10/11/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
98467305903502025		10/11/2025		13		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para compra (art. 6º, X da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021) de medicamentos III , para fornecimento parcelado, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde, exclusivamente para participação de microempresas ME, empresas de pequeno porte EPP ou equiparadas,observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos nos termos e condições descritas...	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Municipal		984673		SISRP		Pregão	
Fornecedor				Marca/modelo			
2M DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA				COMPRIMIDO			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - Compras.gov.br	2900	Comprimido	R\$ 0,7300	23/10/2025	Sim
Id da Compra			Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra
98788905900632025			23/10/2025		106		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Medicamentos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento pelo Hospital e Maternidade Municipal São Miguel Arcanjo HMMSMA e por meio da Central de Abastecimento Farmacêutico CAF, com fornecimento gratuito através da Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Iguaçu-PR., conforme edital e anexos.
Esfera			UASG		Forma		Modalidade
Municipal			987889		SISRP		Pregão
Fornecedor			Marca/modelo				
CIRURGICA ITAMARATY COMERCIAL LTDA			GLOBO				
Índice e Valor			Ata		Edital		Compra
-			Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	1440	Comprimido	R\$ 0,7800	03/10/2025	Sim
Id da Compra			Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra
98749305900722025			03/10/2025		70		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Medicamentos Básicos - Sólidos, em atendimento às Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Pronto Atendimento
Esfera			UASG		Forma		Modalidade
Municipal			987493		SISRP		Pregão
Fornecedor					Marca/modelo		
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA					GLOBO (GENERICO)		
Índice e Valor			Ata		Edital		Compra
-			Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	PREFEITURA DE NOVA AURORA - PR - Compras.gov.br	500	Comprimido	R\$ 0,7694	11/09/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
98796505900392025		11/09/2025		18		Objeto: Pregão Eletrônico - Seleção de propostas visando o registro de preços para aquisições de medicamentos que restaram fracassados e/ou desertos nos processos licitatórios anteriores, para atender as necessidades da rede municipal de distribuição de medicamentos da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período estimado de 12 (doze) meses.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Municipal		987965		SISRP		Pregão	
Fornecedor		Marca/modelo					
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		GLOBO (GENERIC0)					
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE - Compras.gov.br	150	Comprimido	R\$ 0,9679	11/09/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
98552905900442025		11/09/2025		296		Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado, sob o regime de registro de preços, de medicamentos e suplementos alimentares, destinados à distribuição gratuita e ao uso ambulatorial na Unidade Básica de Saúde do Município de EntreRios do Oeste, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento eno Termo de Referência.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Municipal		985529		SISRP		Pregão	
Fornecedor				Marca/modelo			
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA				GLOBO			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	PREFEITURA MUNI DE SALINAS DA MARGARIDA - Compras.gov.br	1000	Comprimido	R\$ 1,3100	11/09/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
98384705900332025		11/09/2025		58		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de suplementos, antibióticos, anti-inflamatórios e os medicamentos de uso ambulatorial, básico e hospitalar, (Itens fracassados do pregão eletrônico050.2024 e 052.2024), para suprir as demandas no atendimento aos pacientes do Município de Salinas da Margarida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), através do Sistema de Registro de Preços.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Municipal		983847		SISRP		Pregão	
Fornecedor				Marca/modelo			
MCS ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA				PHARLAB			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	I	PREFEITURA MUNI DE SALINAS DA MARGARIDA - Compras.gov.br	1000	Comprimido	R\$ 1,3100	11/09/2025	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98384705900332025	11/09/2025	32	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de suplementos, antibióticos, anti-inflamatórios e os medicamentos de uso ambulatorial, básico e hospitalar, (Itens fracassados do pregão eletrônico050.2024 e 052.2024), para suprir as demandas no atendimento aos pacientes do Município de Salinas da Margarida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), através do Sistema de Registro de Preços.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	983847	SISRP	Pregão
Fornecedor	Marca/modelo		
MCS ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	PHARLAB		
Índice e Valor	Ata	Editais	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Legenda:
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
270140 - Biperideno Dosagem: 2 M	Comprimido	2000
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	<input checked="" type="radio"/> Média	Mediana
R\$ 0,5700	R\$ 0,5733	R\$ 0,5700
Método de cálculo adotado: Média		
Coeficiente de Variação: 0,8198%		
Desvio Padrão: 0,0047		
Maior Preço: R\$ 0,5800		

Filtro Aplicado
Período: 6 Meses
Modalidade(s): Pregão
Forma: Registro de Preço
Esfera: Municipal

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	III	FARMÁCIA PREÇO POPULAR - Sítios Eletrônicos Especializados	2000		R\$ 0,5800	12/01/2026	Sim
Data da Cotação		Marca/Modelo	Informações Adicionais				
12/01/2026		AKINETON 2 MG	-				
Hora da Cotação		Endereço Eletrônico	Anexos				
09:51		https://www.precopopular.com.br/akineton-2mg-com-80-comprimidos/p	AKINETON 2MG COM 80 COMPRIMIDOS - Preço Popular.pdf				

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	III	DROGARIA SÃO PAULO - Sítios Eletrônicos Especializados	2000		R\$ 0,5700	12/01/2026	Sim
Data da Cotação		Marca/Modelo	Informações Adicionais				
12/01/2026		AKINETON 2 MG	-				
Hora da Cotação		Endereço Eletrônico	Anexos				
09:53		https://www.drogariasapaulo.com.br/akineton-2mg-abbott-80-comprimidos/p	Akineton Cloridrato De Biperideno 2mg 80 Comprimidos - Drogaria Sao Paulo.pdf				

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	III	RAIA DROGASIL S.A. - Sítios Eletrônicos Especializados	2000		R\$ 0,5700	12/01/2026	Sim
Data da Cotação		Marca/Modelo	Informações Adicionais				
12/01/2026		AKINETON 2 MG	-				
Hora da Cotação		Endereço Eletrônico	Anexos				
09:55		https://www.drogaraia.com.br/akineton-2mg-80-comprimidos-c1.html	AKINETON 2 MG DROGA RAIA.png				

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 5

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
267635 - Clorpromazina Dosagem: 25 Mg	Comprimido	2000
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	● Média	Mediana
R\$ 0,4700	R\$ 0,4867	R\$ 0,4800
Método de cálculo adotado: Média		
Coeficiente de Variação: 3,4929%		
Desvio Padrão: 0,0170		
Maior Preço: R\$ 0,5100		

Filtro Aplicado

Quantidade máxima: 2000

Período: 6 Meses

Modalidade(s): Pregão

Forma: Registro de Preço

Esfera: Municipal

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	III	RAIA DROGASIL SA - Sítios Eletrônicos Especializados	2000		R\$ 0,5100	12/01/2026	Sim

Data da Cotação	Marca/Modelo	Informações Adicionais
12/01/2026	AMPLICTIL 25 MG	-
Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
10:03	https://www.drogaraia.com.br/amplictil-25-mg-20-comprimidos-c1.html?origin=search	AMPLICTIL 25 MG DROGA RAIA.png

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	III	DROGARIA SÃO PAULO - Sítios Eletrônicos Especializados	2000		R\$ 0,4700	12/01/2026	Sim

Data da Cotação	Marca/Modelo	Informações Adicionais
12/01/2026	AMPLICTIL 25 MG	-
Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
11:13	https://www.drogariasapaulo.com.br/amplictil-25mg-sanofi-aventis-20-comprimidos/p	Amplictil Cloridrato De Clorpromazina 25mg 20 Comprimidos - Drogaria Sao Paulo.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	III	PAGUE MENOS - Sítios Eletrônicos Especializados	2000		R\$ 0,4800	12/01/2026	Sim

Data da Cotação	Marca/Modelo	Informações Adicionais
12/01/2026	AMPLICTIL 25 MG	-
Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
11:22	https://www.paguemenos.com.br/amplictil-25mg-comprimidos20-p/p?srsId=AfmBOoq8RX8WDNZIZevApib3fb5MfObWXyN8VGEZm08lq4yPu859vwLe	Amplictil 25mg 20 Comprimidos Revestidos - Pague Menos.pdf

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 6

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
466650 - Dupilumabe Concentração: 175 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável , Adicional: Seringa Preenchida	Seringa 1,14 Mililitro	60
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	● Média	Mediana
R\$ 3.158,0000	R\$ 4.244,4850	R\$ 3.956,0100
Método de cálculo adotado: Média		
Coeficiente de Variação: 14,9051% Desvio Padrão: 632,6436 Maior Preço: R\$ 5.073,1400		

Filtro Aplicado
Período: 6 Meses
Modalidade(s): Pregão
Forma: Registro de Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

1	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	336	Seringa 1,14 Mililitro	R\$ 3.956,0100	12/01/2026	Sim
---	---	--	-----	------------------------	----------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92555005901542025	12/01/2026	9	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de medicamentos, para fins de cumprimento de Decisões Judiciais proferidas em face do Estado do Rio Grande do Norte, na modalidade PREGÃO, na sua forma ELETRÔNICA, para o Registro de Preços nos termos abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	925550	SISRP	Pregão
Fornecedor	Marca/modelo		
EXOMED COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA	DUPIXENT 200 MG		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Seringa 1,14 Mililitro	R\$ 4.979,1900	07/01/2026	Sim
---	---	--------------------------------------	----	------------------------	----------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16016605900152025	07/01/2026	451	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material de consumo laboratorial, farmacológico e hospitalar para atender às necessidades do Hospital de Geral de Belém, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160166	SISRP	Pregão
Fornecedor	Marca/modelo		
CM HOSPITALAR S.A.	DUPIXENT 200MG CX 2S		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Processo 649/2026. Assinado por 1 pessoa: JOSÉ MARIANO RIBEIRO NETARELLA Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/EBB62E1E10B67D0F41572EBA0ED4C2B08CE0BA551>

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ - Compras.gov.br	510	Seringa 1,14 Mililitro	R\$ 3.956,0100	08/12/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item	Objeto da Compra		
94300105913872025		08/12/2025		4	Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da licitação é o Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de MEDICAMENTOS, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos		
Esfera		UASG		Forma	Modalidade		
Estadual		943001		SISRP	Pregão		
Fornecedor				Marca/modelo			
SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTDA				175 MG/ML SOL INJ CT			
Índice e Valor		Ata		Edital	Compra		
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital	Acesse a compra		
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	100	Seringa 1,14 Mililitro	R\$ 5.073,1400	02/10/2025	Sim
Id da Compra			Comprado em		Nº do Item	Objeto da Compra	
78270005900132025			02/10/2025		71	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para Eventual aquisição de medicamentos especiais para o Hospital Naval de Salvador (HNSA), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	
Esfera			UASG		Forma	Modalidade	
Federal			782700		SISRP	Pregão	
Fornecedor					Marca/modelo		
RIOBAHIAFARMA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS E COSMETICOS LTDA					SERINGA PREENCHIDA		
Índice e Valor			Ata		Edital	Compra	
-			Acesse a Ata		Acesse o Edital	Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

5	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	11449	Seringa 1,14 Mililitro	R\$ 4.918,4700	23/09/2025	Sim
---	---	--	-------	------------------------	----------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
9020105901802025	23/09/2025	5	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preçopara aquisição de medicamentos PERP 180/2025.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	90201	SISRP	Pregão
Fornecedor		Marca/modelo	
SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTDA		175 MG/ML SOL INJ CT	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

6	I	EES-SECRETARIA ESTADUAL DA SAUDE - Compras.gov.br	450	Seringa 1,14 Mililitro	R\$ 3.813,0200	29/08/2025	Sim
---	---	---	-----	------------------------	----------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92512005903162025	29/08/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços Bem Consumo - Aquisição de Medicamentos
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	925120	SISRP	Pregão
Fornecedor		Marca/modelo	
SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTDA		175 MG/ML SOL INJ CT	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

7	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	26	Seringa 1,14 Mililitro	R\$ 3.859,5200	05/08/2025	Sim
---	---	--------------------------------------	----	------------------------	----------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98672705900592025	05/08/2025	49	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços de medicamentos éticos ou genéricos, para atendimento de ordens judiciais.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	986727	SISRP	Pregão
Fornecedor		Marca/modelo	
GENESIO A MENDES & CIA LTDA		SERINGA	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Processo 649/2026. Assinado por 1 pessoa: JOSE MARIUS RIBEIRO NETARELLA Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/EBB62E101B67FD041572BBA95D4C2B06CE0BAF551

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	30	Seringa 1,14 Mililitro	R\$ 4.918,4700	25/07/2025	Sim
Id da Compra			Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra
98659505900442025			25/07/2025		5		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para aquisição de medicamentos esporádicos
Esfera			UASG		Forma		Modalidade
Estadual			986595		SISRP		Pregão
Fornecedor					Marca/modelo		
CM HOSPITALAR S.A.					DUPIXENT 200MG / SAN		
Índice e Valor			Ata		Edital		Compra
-			Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	I	EES-SECRETARIA ESTADUAL DA SAUDE - Compras.gov.br	490	Seringa 1,14 Mililitro	R\$ 3.813,0200	18/07/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
92512005902492025		18/07/2025		1		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços Bem Consumo - Aquisição de Medicamentos - Mandado Judicial	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Estadual		925120		SISRP		Pregão	
Fornecedor				Marca/modelo			
SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTDA				175 MG/ML SOL INJ CT			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
10	I	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF - Compras.gov.br	2879	Seringa 1,14 Mililitro	R\$ 3.158,0000	17/07/2025	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92611905901312025	17/07/2025	3	Objeto: Pregão Eletrônico - Solicitação de Registro de Preços para aquisição dos medicamentos padronizados pertencentes aos Grupos: 09.99.10 - MEDICAMENTOS PADRON.PEDENTE DE PROTOCOLO; 09.L.02.A - HORMÔNIOS E AGENTES RELACIONADOS; 09.H.01.A - HORMÔNIOS DO LÓBULO ANTERIOR DA PITUITÁRIA E ANÁLOGOS; 09.D.05.B - ANTIPSORIÁTICOS PARA USO SISTÊMICO, com o intuito de manter o abastecimento regular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	926119	SISRP	Pregão
Fornecedor		Marca/modelo	
SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTDA		175 MG/ML SOL INJ CT	
Índice e Valor	Ata	Editais	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Legenda:
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 7

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
267657 - Fenitoína Sódica Dosagem: 100 M	Comprimido	2000
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 0,6100	R\$ 0,6200	R\$ 0,6200
Método de cálculo adotado: Média		
Coeficiente de Variação: 1,3226% Desvio Padrão: 0,0082 Maior Preço: R\$ 0,6300		

Filtro Aplicado
Quantidade máxima: 2000
Período: 6 Meses
Modalidade(s): Pregão
Forma: Registro de Preço
Esfera: Municipal

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	III	PAGUE MENOS - Sítios Eletrônicos Especializados	2000		R\$ 0,6200	12/01/2026	Sim

Data da Cotação	Marca/Modelo	Informações Adicionais
12/01/2026	HIDANTAL 100 MG	-
Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
11:25	https://www.paguemenos.com.br/hidantal-comprimidos25-p/p?idsku-2725	Hidantal 100mg 25 Comprimidos - Pague Menos.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	III	RAIA DROGASIL S.A. - Sítios Eletrônicos Especializados	2000		R\$ 0,6300	12/01/2026	Sim

Data da Cotação	Marca/Modelo	Informações Adicionais
12/01/2026	HIDANTAL 100 MG	-
Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
11:27	https://www.drogasil.com.br/hidantal-100-mg-cl-25-comprimidos.html	HIDANTAL 100 MG RAIA.png

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	III	DROGARIA SÃO PAULO - Sítios Eletrônicos Especializados	2000		R\$ 0,6100	12/01/2026	Sim

Data da Cotação	Marca/Modelo	Informações Adicionais
12/01/2026	HIDANTAL 100 MG	-
Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
11:30	https://www.drogariasapaulo.com.br/hidantal-100mg-safoni-aventis-25-comprimidos/p	Hidantal Fenitoína 100mg 25 Comprimidos - Drogaria Sao Paulo.pdf

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 8

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
273836 - Insulina Origem: Glargina , Dosagem: 100ui/ML , Aplicação: Injetável	Frasco 10 Mililitro	100
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	● Média	Mediana
R\$ 122,1700	R\$ 170,7271	R\$ 163,5000
Método de cálculo adotado: Média		
Coeficiente de Variação: 26,8914%		
Desvio Padrão: 45,9109		
Maior Preço: R\$ 310,7900		

Filtro Aplicado
Quantidade máxima: 500
Período: 6 Meses
Modalidade(s): Pregão
Forma: Registro de Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

1	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	500	Frasco 10 Mililitro	R\$ 125,3500	19/12/2025	Sim
---	---	--	-----	---------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15500905900572025	19/12/2025	37	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de medicamentos psicotrópicos e gerais para o abastecimento da Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques do Hospital Universitário de Brasília - HUB, conforme o Pregão 90.057/2025.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	155009	SISRP	Pregão
Fornecedor		Marca/modelo	
CM HOSPITALAR S.A.		LANTUS 100UI/ML FA 1	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

2	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	240	Frasco 10 Mililitro	R\$ 161,6100	18/12/2025	Sim
---	---	-----------------------------------	-----	---------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92627705919722025	18/12/2025	6	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preçopara futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a demanda do Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	926277	SISRP	Pregão
Fornecedor		Marca/modelo	
PROHOSP SUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		LANTUS / RMS 1832603	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Processo 649/2026. Assinado por 1 pessoa: JOSÉ MARIANO RIBEIRO NETARELLA Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/EBB622HE10HB7FD0F41572HB905D4C2B06EC0BAF651

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

3	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	250	Frasco 10 Mililitro	R\$ 163,5100	16/12/2025	Sim
---	---	--	-----	---------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15591405900572025	16/12/2025	23	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Material Farmacológico (Medicamentos Diversos - FRACASSADOS)
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	155914	SISRP	Pregão
Fornecedor	Marca/modelo		
ONCOEXO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	LANTUS 100 U/ML SOL		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

4	I	FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	120	Frasco 10 Mililitro	R\$ 163,5000	11/12/2025	Sim
---	---	--	-----	---------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
25449205900492025	11/12/2025	69	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para aquisição de medicamentos, cosméticos, produtos para saúde e saneantes.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	254492	SISRP	Pregão
Fornecedor	Marca/modelo		
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	LANTUS 10ML		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Processo 649/2026. Assinado por 1 pessoa: JOSE MARIANO RIBEIRO NETARELLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/EBB62E101B67D0F41572BBA9D4C2B06CE0BA551

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

5	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	300	Frasco 10 Mililitro	R\$ 163,5000	05/12/2025	Sim
---	---	--	-----	---------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15502305900962025	05/12/2025	37	Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto deste certame trata-se da Aquisição de Medicamentos Gerais e Manipulados Estéreis III.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	155023	SISRP	Pregão
Fornecedor	Marca/modelo		
ONCOEXO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	LANTUS 100 U/ML SOL		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

6	I	PREFEITURA DE LONDRINA - PR - Compras.gov.br	15	Frasco 10 Mililitro	R\$ 203,3900	28/11/2025	Sim
---	---	--	----	---------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98766705901772025	28/11/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para cumprimento de MANDADOS JUDICIAIS.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	987667	SISRP	Pregão
Fornecedor	Marca/modelo		
MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A	LANTUS 100 U/ML SOL		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Processo 649/2026. Assinado por 1 pessoa: JOSÉ MARIANO RIBEIRO NETARELLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/FB862E101B87FD0F41572FBA0ED4C2B06E0E0BAF651>

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	I	GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ - Compras.gov.br	105	Frasco 10 Mililitro	R\$ 163,5100	14/11/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
94300105910562025		14/11/2025		5		Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da licitação é o Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Estadual		943001		SISRP		Pregão	
Fornecedor				Marca/modelo			
ONCOEXO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA				LANTUS 100 U/ML SOL			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	30	Frasco 10 Mililitro	R\$ 310,7900	12/11/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
98542105900132025		12/11/2025		1		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para aquisição de medicamentos e tiras reagentes de ordem judicial e para uso na UBS.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Estadual		985421		SISRP		Pregão	
Fornecedor				Marca/modelo			
ACACIO SERAFIM DE SOUZA SANTOS LTDA				1			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	300	Frasco 10 Mililitro	R\$ 163,5000	03/11/2025	Sim
Id da Compra			Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra
15590805900622025			03/11/2025		24		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Medicamentos Diversos (Desertos e Fracassados)
Esfera			UASG		Forma		Modalidade
Federal			155908		SISRP		Pregão
Fornecedor					Marca/modelo		
CM HOSPITALAR S.A.					LANTUS 100UI/ML FA 1		
Índice e Valor			Ata		Edital		Compra
-			Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
10	I	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	100	Frasco 10 Mililitro	R\$ 122,1800	07/10/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
11240805900042025		07/10/2025		18		Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de medicamentos (parte II) para a Seção Central de Abastecimento de Medicamento (SCAM)	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		112408		SISRP		Pregão	
Fornecedor				Marca/modelo			
CM HOSPITALAR S.A.				LANTUS 100UI/ML FA 1			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
11	I	SECRETARIA DE AD DO GOVERNO DO ESTADO DE PERN - Compras.gov.br	250	Frasco 10 Mililitro	R\$ 208,3700	18/09/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
92615005904822025		18/09/2025		12		Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Registro de Preços para o fornecimento eventual de Medicamentos, visando atender as necessidades doHospital dos Servidores do Estado de Pernambuco HSE.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Estadual		926150		SISRP		Pregão	
Fornecedor				Marca/modelo			
EXOMED COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA				INSULINA LANTUS100UI			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
12	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	288	Frasco 10 Mililitro	R\$ 155,3000	12/09/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
45679305907332025		12/09/2025		6		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preçopara futura aquisição de medicamentos - demanda judicial 06. Protocolo nº 23.864.166-7	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Estadual		456793		SISRP		Pregão	
Fornecedor				Marca/modelo			
SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTDA				100 UI/ML SOL INJ X			
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Critério Julgamento Item							
Menor Preço							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	300	Frasco 10 Mililitro	R\$ 122,1700	15/07/2025	Sim
----	---	--	-----	---------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16022305900362024	15/07/2025	71	Objeto: Pregão Eletrônico - Eventual aquisição de medicamentos e materiais médico hospitalares
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160223	SISRP	Pregão
Fornecedor	Marca/modelo		
CM HOSPITALAR S.A.	LANTUS 100UI/SANOFI		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

14	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	250	Frasco 10 Mililitro	R\$ 163,5000	14/07/2025	Sim
----	---	---	-----	---------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
10215005901792025	14/07/2025	4	Objeto: Pregão Eletrônico - Salbutamol, insulina humana e outros
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	102150	SISRP	Pregão
Fornecedor	Marca/modelo		
CM HOSPITALAR S.A.	LANTUS 100UI/ML FA 1		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Legenda:
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 9

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
399010 - Insulina Tipo: Glargina , Concentração: 100 UI/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável , Característica Adicional: Com Aplicador	Seringa 3 Mililitro	1000
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 28,6600	R\$ 47,5460	R\$ 28,6600
Método de cálculo adotado: Média		
Coeficiente de Variação: 54,0264% Desvio Padrão: 25,6874 Maior Preço: R\$ 93,5400		

Filtro Aplicado
Quantidade máxima: 1000
Período: 6 Meses
Modalidade(s): Pregão
Forma: Registro de Preço

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PMSP - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - Compras.gov.br	180	Seringa 3 Mililitro	R\$ 28,6600	19/12/2025	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92500305912242025	19/12/2025	3	Objeto: Pregão Eletrônico - REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO de MEDICAMENTOS PARA CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES JUDICIAIS - AÇÕES JUDICIAIS.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	925003	SISRP	Pregão
Fornecedor		Marca/modelo	
INTERLAB FARMACEUTICA LTDA		SIMILAR	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	720	Seringa 3 Mililitro	R\$ 58,2100	24/10/2025	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98722505900842025	24/10/2025	45	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Medicamentos em atendimento Mandados Judiciais (Anual)
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	987225	SISRP	Pregão
Fornecedor		Marca/modelo	
CM HOSPITALAR S.A.		LANTUS SOLOSTAR 100U	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Processo 649/2026. Assinado por 1 pessoa: JOSÉ FARIAS RIBEIRO NETARELLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/EBB62EE101B67D0F4572BBA9D4C2B0606051>

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	210	Seringa 3 Mililitro	R\$ 28,6600	11/09/2025	Sim
---	---	---	-----	---------------------	-------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98624905902702025	11/09/2025	11	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para possível aquisição de medicamentos destinados à atender mandados judiciais
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	986249	SISRP	Pregão
Fornecedor		Marca/modelo	
INTERLAB FARMACEUTICA LTDA		SIMILAR	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Seringa 3 Mililitro	R\$ 28,6600	18/08/2025	Sim
---	---	--------------------------------------	----	---------------------	-------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16042305900112025	18/08/2025	109	Objeto: Pregão Eletrônico - Processo licitatório na modalidade Sistema de Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos e insumos hospitalares para o Hospital de Guarnição de Santiago (H Gu Santiago).
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160423	SISRP	Pregão
Fornecedor		Marca/modelo	
ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLOGICOS LTDA.		100 UI/ML SOL INJ CT	
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

5	III	DROGARIA SÃO PAULO - Sítios Eletrônicos Especializados	1000		R\$ 93,5400	12/01/2026	Sim
---	-----	--	------	--	-------------	------------	-----

Data da Cotação	Marca/Modelo	Informações Adicionais
12/01/2026	LANTUS SOLOSTAR 100 UI/ML 3 ML CANETA	-
Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
11:40	https://www.drogariasapaulo.com.br/insulina-lantus-solostar-1-caneta-descartavel-sanofi-3ml/p	Insulina Lantus Solostar Insulina Glargina 100UI_ml 3ml 1 Caneta Descartável - Drogaria Sao Paulo.pdf

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Processo 649/2026. Assinado por 1 pessoa: JOSE MARIUS RIBEIRO NETARELLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/EBB62E1E11B67FD041572EB0A9D4C2B08E0E0BAF651>

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
268130 - Levomepromazina Dosagem: 40 MG/ML, Apresentação: Solução Oral	Frasco 20 Mililitro	200
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 11,3400	R\$ 16,6433	R\$ 18,9000
Método de cálculo adotado: Média		
Coeficiente de Variação: 22,6151%		
Desvio Padrão: 3,7639		
Maior Preço: R\$ 19,6900		

Filtro Aplicado
Quantidade máxima: 200
Período: 6 Meses
Modalidade(s): Pregão
Forma: Registro de Preço
Esfera: Municipal

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - PR - Compras.gov.br	50	Frasco 20 Mililitro	R\$ 11,3400	05/08/2025	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98846105900222025	05/08/2025	80	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para aquisição de medicamentos, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	988461	SISRP	Pregão
Fornecedor	Marca/modelo		
CIRURGICA PRIME LTDA	SANOFI		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Critério Julgamento Item			
Menor Preço			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	III	DROGARIA SÃO PAULO - Sítios Eletrônicos Especializados	200		R\$ 19,6900	12/01/2026	Sim

Data da Cotação	Marca/Modelo	Informações Adicionais
12/01/2026	NEOZINE 40 MG/ML	-
Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
11:46	https://www.drogariasaopaulo.com.br/neozine-4-sanofi-aventis-20ml/p	Neozine Cloridrato De Levomepromazina 40 mg_ml 20ml - Drogaria Sao Paulo.pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	III	FARMÁCIA PREÇO POPULAR - Sítios Eletrônicos Especializados	200		R\$ 18,9000	12/01/2026	Sim

Legenda:

Nota Técnica

Aquisição de medicamentos que serão dispensados aos pacientes que serão atendidos pela Atenção Básica, UPA, SAMU e que possuem determinações judiciais pelo período de 12 (dozes) meses.

2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros dos incisos I e III do Artigo 20 do Decreto nº 9.562/23, ou seja: Sistemas oficiais do Governo - Compras.net (Inciso I) e sítios eletrônicos especializados (Inciso III).

2.3. O Preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 21 da Portaria Municipal nº 9.562/23.

III - METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

3.1. Após a seleção dos itens foi utilizada a ferramenta de refinar os resultados da pesquisa utilizando filtros disponíveis, como período de 6 meses, modalidade de licitação - Pregão, sistema de registro de preços, data de publicação, entre outros critérios relevantes.

3.3. A obtenção do preço estimado deu-se com base na média dos valores obtidos na pesquisa de preços, por refletir de forma equilibrada o comportamento do mercado e possibilitar uma estimativa representativa do custo.

real de aquisição. Tal método é amplamente utilizado na administração pública por proporcionar um valor de referência que considera todas as cotações válidas coletadas, evitando distorções que poderiam ocorrer caso fosse adotado apenas o menor ou o maior preço individualmente.

3.4. Dentro dos preços coletados, foram desconsiderados aqueles inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados.

IV - JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES, NO CASO DA PESQUISA DIRETA DE QUE DISPÕE O INCISO IV DO ART. 5º

Não se aplica.

V – MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 390.468,47 (trezentos e noventa mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e sete centavos).

5.2. Após a pesquisa de preços, em conformidade com a Portaria Municipal nº 9.562/23, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

Relatório emitido em 13/01/2026 12:07

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

Anderson Augusto Costa

25/04/11

A/C - Farmaceutica
Patricia Simonato



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

COMARCA DE FERNANDÓPOLIS - SÃO PAULO

Fórum Dr. Percy Waldir Semeghini

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL

Cartório do 3º Ofício Cível

Avenida Raul Gonçalves Junior, 850 - Santa Rita- Fernandópolis/SP - CEP: 15600-000 – Telefone: 17 3442-4088 -
e-mail: marcosabarbosa@tj.sp.gov.br

Processo nº 189.01.2009.009529-3/000000-000
Ordem nº 1659/2009

Assistência Judiciária

Ofício nº 286/2011-jal

Ação: Mandado de Segurança

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Requerido: DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FERNANDÓPOLIS-SP

Fernandópolis, 16 de abril de 2011.

Senhor Diretor:

Pelo presente, nos termos do artigo 13 da Lei Federal nº 12.016/2009, TRANSMITO a Vossa Senhoria, conforme anexo, cópia da sentença e acórdão proferidos nos referidos autos.

Apresento a Vossa Senhoria meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

ALCEU CORRÊA JUNIOR
Juiz(a) de Direito

CERTIDÃO

Certifico ser autêntica a assinatura do(a) Dr(a) ALCEU CORRÊA JUNIOR, MM(a) Juiz(a) de Direito da 3ª. Vara Cível da Comarca de Fernandópolis-SP.

Fernandópolis, 16 de abril de 2011.

MARCOS ANTONIO DE A. BARBOSA
Diretor

AO
ILUSTRÍSSIMO SENHOR
DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FERNANDÓPOLIS-SP
AV. MILTON TERRA VERDI, Nº 948, CENTRO
FERNANDÓPOLIS – SP





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE SÃO PAULO

JUÍZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE
FERNANDÓPOLIS - ESTADO DE SÃO PAULO

Processo nº 1072/2008 (ordem)

Vistos.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO impetrou **MANDADO DE SEGURANÇA** contra ato administrativo do Diretor do Departamento de Saúde do Município de Fernandópolis, José Martins Filho, ora autoridade coatora, aduzindo que por motivo de doença, **Anderson Augusto Costa Fontes** necessita do uso contínuo do medicamento "**INSULINA LANTUS**" e que teve negado pelas referida autoridade o fornecimento gratuito.

Medida liminar deferida à fl.28.

O impetrado foi notificado (fl.34v), porém não apresentou manifestação nos autos (certidão fl.39).

É o relatório. **FUNDAMENTO E DECIDO.**

Trata-se de mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em favor de Anderson Augusto Costa Fontes, visando o recebimento gratuito de remédio que necessita através do Sistema Único de Saúde.

Observo tratar-se de mandado de segurança ajuizado pelo representante do Ministério Público em favor de Anderson Augusto Costa Fontes, o qual possui direito líquido e certo ao recebimento de medicamento indispensável ao seu tratamento de saúde.

Devidamente notificada, a impetrada deixou de apresentar as informações (fl. 39).





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE SÃO PAULO

Com efeito, o art. 196 da Constituição Federal estabelece que: “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

A norma constitucional, portanto, atribuiu ao Poder Público o dever de zelar pela saúde de seu povo, elevando a saúde à condição de direito fundamental do cidadão. Ressalte-se que o dispositivo constitucional possui natureza programática, porém é expresso ao estabelecer que o Estado deve promover ações necessárias para garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo-se neste último estágio o fornecimento gratuito de medicamentos.

A efetivação dessas diretrizes constitucionais ocorre através do chamado Sistema Único de Saúde (SUS), o qual é responsável pela implementação das ações e serviços públicos destinados a garantir a saúde da população. A Constituição estabelece, ainda, algumas diretrizes específicas que devem ser seguidas pelo Sistema Único de Saúde, ou seja, a descentralização administrativa e o atendimento integral aos cidadãos (art. 198, I e II da CF).

Em relação à não inclusão do medicamento reclamado na listagem do Ministério da Saúde, observo que a o direito à saúde (manutenção e recuperação da saúde) não pode ficar condicionado a práticas burocráticas ou administrativas, sob pena de frustração do direito fundamental garantido na Constituição Federal.

Diante do exposto, verificando-se a ilegalidade do ato administrativo praticado, que violou direito líquido e certo da impetrante, a segurança deve ser concedida.

Posto isto, e considerando o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em favor de Anderson Augusto Costa Fontes e o faço para **CONCEDER A SEGURANÇA** pleiteada, determinando ao impetrado que providencie a aquisição e





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE SÃO PAULO

fornecimento do medicamento reclamado (INSULINA LANTUS – fl.16) ou medicamento genérico correspondente, enquanto durar o tratamento do impetrante, com fundamento no art. 196 da Constituição Federal e art. 1º, *caput* da Lei nº 12.016 de 07 de agosto de 2009. Conseqüentemente, torno definitivo a medida liminar deferida às fls.28.

Transmita-se o teor desta decisão à autoridade coatora, expedindo-se ofício para tanto (art. 11 da Lei nº 1.533/51).

Submeto esta decisão ao duplo grau de jurisdição, previsto no art. 12, parágrafo único do diploma legal referido, tendo em vista a concessão da segurança. Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Seção de Direito Público, após o decurso do prazo para a interposição de recursos voluntários, ou processados estes.

Não há se falar em verba honorária, face ao que dispõe a Súmula nº 105 do Superior Tribunal de Justiça.

P.R.I.

Fernandópolis, 25 de fevereiro de 2010.


ALCEU CORRÊA JÚNIOR

Juiz de Direito





17

Faço estes autos conclusos ao(à) MM(a). Juiz(a) de Direito Doutor(a) **Fabiano da Silva Moreno**, Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Fernandópolis – SP. Dou fé. Em 01 de julho de 2014. Eu, Harlei Barreto Gomes, Oficial Maior, digitei.

Processo nº: **1002635-64.2014.8.26.0189**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Garantias Constitucionais**
 Impetrante: **Andressa Dias Pavim**
 Impetrado: **Diretor Tec. Serv. de Saúde de Fernandópolis/SP (CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Fabiano da Silva Moreno

Vistos.

1. Cuida-se de **mandado de segurança** em que se pede liminar para compra do medicamento INSULINA GLARGINA (LANTUS) em caneta, INSULINA GLULISINA (APIDRA) em caneta (podendo ser substituída por análogo de insulina LISPRO ou insulina ASPARTE) e Agulhas para aplicação de insulina em caneta 5mm (150 un/mês).

2. Presentes os requisitos da lei, vale dizer, o “*fumus boni iuris*” e o “*periculum in mora*”, **defiro** a liminar pleiteada, para o efeito de determinar a aquisição do medicamento INSULINA GLARGINA (LANTUS) em caneta, INSULINA GLULISINA (APIDRA) em caneta (podendo ser substituída por análogo de insulina LISPRO ou insulina ASPARTE) e Agulhas para aplicação de insulina em caneta 5mm (150 un/mês), na proporção necessária para tratamento da grave moléstia, no prazo de **cinco (05) dias** e posterior entregue a impetrante.

Notifique-se, por ofício, o impetrado para o cumprimento da decisão bem como para que preste as informações em 10 (dez) dias (*art. 7º, inciso I, da Lei Federal nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, nova Lei do Mandado de Segurança*), instruindo-se na forma prevista no **art. 6º** da mesma lei, com a **advertência** do disposto no **art. 26** do diploma citado (*Constitui crime de desobediência, nos termos do art. 330 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de, 1940, o não cumprimento das decisões proferidas em mandado de segurança, sem prejuízo das sanções administrativas e da aplicação da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, quando cabíveis*).

Com as informações colha-se o parecer do MP (*LMS, art. 12*) e voltem conclusos para sentença.

Servirá o presente, por cópia digitada, como **ofício**. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei.

Cumpra-se e intimem-se.

Fernandopolis, 01 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**





ADVOCACIA
Helen Cristina da Silva Assad
Luciana Villas Bôas Martins Bandeca

fls. 1

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
VARA CÍVEL DA COMARCA DE FERNANDÓPOLIS/SP

ANDRESSA DIAS PAVIM, brasileira, solteira, desempregada, portadora do RG: 30.431.630-1 e do CPF: 214.944.628-69, residente e domiciliada na Rua Recife, 585, Parque Vila Nova, na cidade de Fernandópolis/SP, por suas advogadas que esta subscreve, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, na forma do artigo 5º, LXIX da Constituição Federal e lei 12.016/2009, impetrar o presente **MANDADO DE SEGURANÇA** com pedido de **LIMINAR** contra ato do **Diretor Tec. Serv. de Saúde de Fernandópolis/SP (CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE)**, podendo ser encontrado na Avenida Afonso Cáfar, nº 2.360, Bairro Santista, na cidade de Fernandópolis/SP, mediante as razões de fato e de direito adiante articulados:

I - DOS FATOS:

A impetrante sofre com problemas de Diabetes Tipo I, conforme relatório médico em anexo.

Ocorre que a impetrante faz uso de Insulina Glarcina (Lantus) e Insulina Glulisina, conforme receita em anexo.

Insta ressaltar que a impetrante necessita mensalmente de **Análogo de Insulina Glarcina em caneta de 26UI SC todas as noites e Análogo de Insulina Glulisina em caneta de 10UI SC no café, almoço e jantar**, podendo ser substituídas por **Análogo de Insulina Lispro ou Análogo de Insulina Asparte**, tendo

Rua Brasil, nº. 1715 – Bairro Centro – Fernandópolis-SP – CEP 15600-000.

☎/Fax: (17) 3463-3771 Tel: (17)3442:7735

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por HELEN CRISTINA DA SILVA ASSAD. Protocolado em 30/06/2014 às 16:57:44, sob o número 1002635-64.2014.8.26.0189. Para acessar o processo acesse o link: <https://fernandopolis.flodocs.com.br:2053/public/assinaturas/EBB6C2HE10H87FD0F4E52HBANDECA02B03ECB551>. Confira as assinaturas no link: <https://fernandopolis.flodocs.com.br:2053/public/assinaturas/EBB6C2HE10H87FD0F4E52HBANDECA02B03ECB551>. Documento assinado digitalmente/eletronicamente.





ADVOCACIA

Helen Cristina da Silva Assad
Luciana Villas Bôas Martins Bandeca

fls. 2

que fazer uso deste por tempo indeterminado, **além das agulhas para aplicação em caneta 5MM de 150 unidades por mês.**

Devido ao elevado custo, que é de: Análogo de Insulina Glargina em caneta aplicando 26UI a noite no valor de **R\$ 122,72 a unidade, o que multiplicado por 30 dias equivale a 780 unidades** e Análogo de Insulina Glulisina 10UI em caneta aplicando no café da manhã, almoço e jantar no valor de **R\$ 27,52 a unidade, o que usa por dia 30 unidades multiplicado por 30 dias equivale a 900 unidades** e das Agulhas para aplicação em caneta 5MM com **150 unidades ao mês no valor R\$ 0,98 cada agulha o que equivale ao mês o valor de R\$ 147,00**, gerando o gasto mensal total em torno de R\$ 700,00 (setecentos reais), a requerente não dispõe de condições financeiras necessárias para arcar com a aquisição contínua das mesmas, pois encontra-se desempregada.

É certo que o uso de tais medicamentos é imprescindível para manutenção de sua saúde, sendo que sua falta trará danos **irreparáveis**, pois a impetrante pode sofrer crises convulsivas geradas pela hipoglicemia grave, motivando assim o **deferimento do pedido de liminar.**

Razão pela qual, na luta contra a moléstia, não resta a impetrante outra alternativa, senão buscar a tutela jurisdicional, cujo escopo primordial é o de ver cumprida pelo Estado, sua obrigação de zelar pela saúde e qualidade de vida de seus cidadãos, nos termos da Constituição Federal e Estadual vigentes.

"O direito à vida é um dogma constitucional, elevado à categoria de cláusula pétrea e extensivo a todos aqueles que estejam sujeitos a ordem jurídica brasileira. É indispensável que uma pessoa qualquer possa ser ferida em alguns desses bens jurídicos tutelados sem que as leis brasileiras lhe dêem a devida proteção".

A impetrante foi informada que não poderia adquirir o medicamento, devido não constar em nenhum dos programas de Assistência Farmacêutica.

Rua Brasil, nº. 1715 – Bairro Centro – Fernandópolis-SP – CEP 15600-000.

☎/Fax: (17) 3463-3771

Tel: (17) 3442-7735

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por HELEN CRISTINA DA SILVA ASSAD. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 040220866A e assine com o certificado digital. Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://fernandopolis.flowdocs.com.br/2053/public/assinaturas/EBB622HE10H87FD044522HBAB051402B03EC0B551>





/Fax: (17) 3463-3771 Tel: (17)3442:7735



ADVOCACIA
Helen Cristina da Silva Assad
Luciana Villas Bôas Martins Bandeca

fls. 4

outros de interesse para a saúde, facilitando à população acesso a eles".

Outrossim, dispõe os artigos 2º e seguintes da Lei 8.080/90, cuja transcrição leva a colaborar e que constitucionalmente explicita:

Art. 2º - A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

Art. 5º - São objetivos do Sistema Único de Saúde:
(...)

III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção e recuperação de saúde, como a realização da saúde, como a realização integrada, ação assistências e das atividades preventivas.

Art. 6º - Estão incluídos ainda no campo da atuação do Sistema único de Saúde - SUS:

I - execução de ações;

II - de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica (grifo nosso).

Art. 7º - As ações e serviços de saúde (...) que integram o Sistema único de Saúde - SUS - são desenvolvidos de acordo com as diretrizes revistas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo aos seguintes princípios:

II - integridade de assistência, entendida como um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis e complexidade do sistema".

De outro lado, o artigo 196 da Constituição Federal prevê que:

"a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e acesso universal e igualitário às

Rua Brasil, nº. 1715 - Bairro Centro - Fernandópolis-SP - CEP 15600-000.

☎/Fax: (17) 3463-3771

Tel: (17)3442:7735

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por HELEN CRISTINA DA SILVA ASSAD. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 100920056-4 e o número de protocolo 180148260769. Assinado eletronicamente pelo JUIZ DE DIREITO JOSÉ MARQUES RIBEIRO NETTARELLA. Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/EBB6C2HE10HB7FD041E72HBAD0E34C8E0CBA551>





ADVOCACIA

Helen Cristina da Silva Assad
Luciana Villas Bôas Martins Bandeca

ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

III - DO PEDIDO:

Excelência: Ante o exposto, requer a Vossa

1 - Que seja concedido LIMINARMENTE o pedido, determinando que a Autoridade Coatora forneça os medicamentos supramencionados de que necessita a impetrante, tendo em vista a necessidade do uso contínuo dos mesmos, ou melhor, o uso por tempo indeterminado.

2 - Sejam as autoridades coatoras científicadas da interposição do presente, a fim de que preste as informações no prazo legal, de tudo participando o mui digno membro do Ministério Público.

3 - Seja julgado PROCEDENTE o presente Pedido, confirmando-se a liminar concedida.

4 - Os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, conforme lei 1.060/50 com suas posteriores alterações.

Dá-se a causa o valor de R\$700,00 (setecentos reais).

Termos em que,
P. Deferimento.

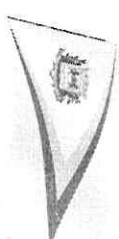
Fernandópolis, 30 de junho de 2014

HELEN CRISTINA DA SILVA ASSAD
OAB/SP - 213.899



PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO

www.fernandopolis.sp.gov.br



PACIENTE: ARTHUR CÉSAR LENARDUCCI GARCIA

PROCESSO: 0000787-93.2013.8.26.0189

NOVO PROCESSO: 1005927-81.2019.8.26.0189

MEDICAMENTOS:

- Nutrini Energy Fiber 500 ml – 60 unidades/mês
- Equipo para Bomba de Insulina – 30 unidades/mês
- Akineton 2mg – 60 cpr/mês 1 cp 12/12 hr 3cxs
- Amplicitil 25 mg – 60 cpr/mês 1cp à noite 3cxs
- Clobazam 10 mg – 60 cpr/mês
- Hidantal 100 mg – 60 cpr/mês 1 cp de 12/12 hrs- 3cxs
- Neozine 4% - 2 frascos
- Primid 100 mg – 60



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Fernandópolis
FORO DE FERNANDÓPOLIS
1ª VARA CRIMINAL

Av. Raul Gonçalves Júnior, nº 850, ., Jardim Santa Rita - CEP 15600-000,
 Fone: 1734424088. Fernandópolis-SP - E-mail: fernandlcr@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº: 1005927-81.2019.8.26.0189
 Classe - Assunto: Procedimento Comum Infância e Juventude - Fornecimento de Medicamentos
 Requerente: Arthur Cesar Lenarducci Garcia
 Requerido: Fazenda Pública do Estado de São Paulo

Juiz Substituto: Dr. FAULER FELIX DE AVILA

Vistos.

1. Defiro ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita.

2. Trata-se de ação de obrigação de fazer na qual o autor alegou ser portador de Paralisia Cerebral Quadriplágica Espástica, Epilepsia e síndromes epiléticas idiopáticas definidas por sua localização (focal) (parcial), com crises de início focal e Hipotonia congênita, vive em estado vegetativo em razão do seu quadro clínico. Necessita dos seguintes insumos: *Lamaiton* (Lamotrigina) 50mg, *Akineton* 2m, *Hidantal* 100mg, *Sonebon* 5mg, *Neosine* 20gotas, *Primid* 100mg, *Peridal* 10mg, *Pantoprazol* 40mg, *Amplitil* 25mg, *Depakene* xarope 250/5ml, Fraldas Geriátricas BIGFRAL JUVENIL (M) 300 unid ao mês, seringas descartáveis 180 ao mês e gases descartáveis 70 pacotes ao mês e Canabidiol 300mg, todos medicamentos de referência, por tempo indeterminado. Pediu a concessão de tutela de urgência para impor ao réu o fornecimento do medicamento, sob pena de multa.

Nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, o deferimento da tutela de urgência exige a presença concomitante de elementos probatórios que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Fernandópolis
FORO DE FERNANDÓPOLIS
1ª VARA CRIMINAL

Av. Raul Gonçalves Júnior, nº 850, ., Jardim Santa Rita - CEP 15600-000,
 Fone: 1734424088, Fernandópolis-SP - E-mail: fernand1cr@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É cediço que recentemente o C. Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Tema Repetitivo nº. 106, firmou tese segundo a qual, para concessão de medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige-se a presença cumulativa dos seguintes requisitos:

a) comprovação por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS; b) incapacidade financeira de arcar com os custos do medicamento prescrito; e c) existência de registro do medicamento na ANVISA, observados os usos autorizados pela agência.

Em sede de cognição sumária e superficial, reputo presentes os requisitos necessários à concessão da medida.

Com efeito, o autor apresentou receita médica comprovando que a criança é portadora da doença, já fez uso de todas as drogas antiepilépticas disponíveis no mercado, mas não houve o controle adequado de suas crises, apresentando vários colapsos de frequência variável (f.68).

De mais a mais, o requerente demonstrou atender a todos os requisitos atualmente exigidos para a concessão dos insumos. À folha 51, foi juntado o demonstrativo de pagamento do pai da criança, e às fls.52/53 consulta da página da folha de pagamento da genitora, corroborando que não lecionou este ano. Às fls.18/20 e 68 o autor trouxe aos autos laudos médicos detalhados acerca da imprescindibilidade dos insumos pleiteados, bem como a informação de que os medicamentos são registrados na ANVISA.

Cumpra destacar que o perigo na demora da prestação jurisdicional é evidente no caso, uma vez que as crises recorrentes comprometem seu desenvolvimento, a sua qualidade de vida e a de seus familiares, além de risco de morte súbita.

Por outro lado, não vislumbro a possibilidade de irreversibilidade da tutela deferida, porquanto, caso vencida a autora na demanda, poderá ser determinada a sua condenação ao ressarcimento dos prejuízos experimentados pela parte vencedora na execução da medida antecipadamente concedida (Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, in Código de Processo Civil e Legislação Processual Civil Extravagante em vigor, Ed. RT, 5ª ed., p. 735).

Ressalto que o direito à saúde representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. Os artigos 196 e 198, inciso II, da Constituição Federal, assinalam que a assistência à saúde é dever do Estado, em todas as esferas de Governo, os quais devem assegurar o acesso universal às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação dos





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE FERNANDÓPOLIS
FORO DE FERNANDÓPOLIS
1ª VARA CRIMINAL

Av. Raul Gonçalves Júnior, nº 850, , Jardim Santa Rita - CEP 15610-000,
 Fone: (17) 21441610, Fernandópolis-SP - E-mail: fernand1cr@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº: 1007606-14.2022.8.26.0189
 Classe - Assunto: Procedimento Comum Infância e Juventude - Fornecimento de medicamentos
 Requerente: Daniela Vanessa Lenarducci Garcia e outro
 Requerido: Prefeitura Municipal de Fernandópolis

Tramitação prioritária

Juiz(a) de Direito: Dr(a). JULIANO SANTOS DE LIMA

Vistos.

Daniel de Doménicis
 GERENTE DE APOIO
 ADMINISTRATIVO

06/12/22

1. Diante da presença dos requisitos legais, defiro à parte requerente os benefícios da assistência judiciária gratuita. Anote-se.

2. Trata-se de ação de obrigação de fazer na qual o autor alegou sofrer de epilepsia e pediu a concessão de tutela de urgência para impor ao requerido o fornecimento dos medicamentos descritos no receituário de fls. 51, tendo em vista que os medicamentos e insumos anteriormente ministrados deixaram de surtir os efeitos prescritos e houve evolução do quadro de saúde do autor com hipótese diagnosticada de programação da colecistostomia, choque hemorrágico, pneumotoraz hipertensivo à direita, possível diagnóstico de colecistite e drenagem de abscesso hepático, apresentando náuseas e vômitos frequentes, estando desnutrido, e assim, necessitando dos medicamentos e insumos pleiteados na inicial.

O Ministério Público concordou com o pedido de antecipação (fls.61/62)

Nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, o deferimento da antecipação de tutela exige a presença concomitante de elementos probatórios que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Em sede de cognição sumária e superficial reputo presentes os requisitos necessários à concessão da medida.

Com efeito, os genitores do requerente alegaram não ter condições financeiras para arcar com o alto custo da nutrição prescrita e apresentaram relatórios médicos (fls. 48/51), sendo imprescindível a obtenção dos medicamentos para o tratamento do menor, tendo o

Processo 649/2026. Assinado por 1 pessoa: JOSÉ MARIANO RIBEIRO NETARELLA
 Documento assinado digitalmente por JOSÉ MARIANO RIBEIRO NETARELLA em 06/12/2022 às 14:44h em Fernandópolis-SP. Para mais informações, consulte o site: https://www.tjsp.jus.br/portal/assassinado-digitalmente





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE FERNANDÓPOLIS
FORO DE FERNANDÓPOLIS
1ª VARA CRIMINAL

Av. Raul Gonçalves Júnior, nº 850, ., Jardim Santa Rita - CEP 15610-000,
 Fone: (17) 21441610, Fernandópolis-SP - E-mail: fernand1cr@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

órgão municipal de saúde negado o fornecimento da nutrição requerida. Demais disso, o valor do medicamento não é tão elevado a ponto de inviabilizar o sistema de saúde.

A conveniência ou não do medicamento indicado é da competência de seu médico. Demais disso, o perigo na demora da prestação jurisdicional é evidente no caso, diante da possibilidade de evolução da patologia, caso não seja adequadamente tratada em tempo hábil.

Por outro lado, não vislumbro a possibilidade de irreversibilidade da tutela deferida, eis que, caso vencido o autor na demanda poderá ser determinada a sua condenação no ressarcimento dos prejuízos experimentados pela parte vencedora na execução da medida antecipadamente concedida (Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, in Código de Processo Civil e Legislação Processual Civil Extravagante em vigor, Ed. RT, 5ª ed., p. 735).

Ressalto que o direito à saúde representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. Os artigos 196 e 198, inciso II, da Constituição Federal assinalam que a assistência à saúde é dever do Estado, em todas as esferas de Governo, os quais devem assegurar o acesso universal às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação dos cidadãos, com seu atendimento integral, sendo injustificada a recusa do atendimento.

A pretensão também encontra amparo no Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, a dignidade da pessoa humana, entendida como conjunto substitutos fundamentais que inclui uma vida sem sofrimentos evitáveis, está tipificada dentre os fundamentos da República, não podendo tal norma ser tratada como meramente programática.

Ante o exposto, considerando a relevância do fundamento e o risco de ineficácia do provimento final, **DEFIRO** o pedido de antecipação da tutela pretendida, a fim de que o(a) requerido(a) forneça à(o) requerente os seguintes medicamentos/insumos: **I) A NUTRIÇÃO PEPTAMEN 1.5 SISTEMA FECHADO ULTRAPACK 1L – NESTLÉ – (1 LITRO POR DIA/ 30 LITROS POR MÊS) – USO CONTÍNUO, ALÉM DOS INSUMOS PARA SEUS CONSUMO; II) EQUIPOS PARA Sonda Enteral: 30 UNIDADES POR MÊS (LIFEMED – USO ENTERAL); III) BOMBA DE INFUSÃO 01 UNIDADE (LIFEMED ENTERAL) LF 2001**, pelo tempo que for necessário, mediante prescrição médica/receituários, no **prazo de 10 (dez) dias**, sob pena de multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a 30 (trinta) dias.

Consigno que os medicamentos deferidos anteriormente na Ação Civil Pública – Processo n. 0000787-93.2013.8.26.0189, deverão ser substituídos pela nova dieta enteral prescrita nestes autos.

Expeça-se ofício ao ente responsável por cumprir esta decisão, com cópia da petição inicial e receituário de fls. 51.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE FERNANDÓPOLIS
FORO DE FERNANDÓPOLIS
1ª VARA CRIMINAL

Av. Raul Gonçalves Júnior, nº 850, ., Jardim Santa Rita - CEP 15610-000,
 Fone: (17) 21441610, Fernandópolis-SP - E-mail: fernand1cr@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Cópia desta decisão servirá como ofício.

4. Cite-se o réu, com as advertências legais, para apresentar resposta no
 prazo legal.

5. Intimem-se a autora.

6. Ciência ao Ministério Público.

Fernandópolis, 01 de dezembro de 2022.

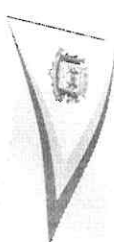
**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**





PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO

www.fernandopolis.sp.gov.br



Processo 649/2026. Assinado por 1 pessoa: JOSE MARTON SALES CANTARELLA

Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: [h](#)

GUILHERME DE SOUZA LIMA

Processo: 189.01.2010.00779-3

Ordem: 14121/2010

MEDICAMENTO:

• Insulina Glargina 100UI/ml 10 ml – 1 frasco/mês

ENDEFEÇÇO: Rua Alexandre Cagnin, 113 – Rosa Amarela

Telephone: 99179 7971

PAÇO MUNICIPAL: Rua Bahia, 1264 - Centro - Fernandópolis/SP - CEP: 15.600-000 - Fone (17) 3465-0150 - Fax (17) 3465-0161.
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - OUVIDORIA 0800 772 4550 CNPJ 47.842.836/0001-05



A/C - Mônica

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

COMARCA DE FERNANDÓPOLIS - SÃO PAULO

Fórum Dr. Percy Waldir Semeghini
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL

Cartório do 3º Ofício Cível

Avenida Raul Gonçalves Junior, 850 - Santa Rita- Fernandópolis/SP - CEP: 15600-000 - Telefone: 17 3442-4088 - e-mail: marcosabarbosa@tj.sp.gov.br

Dr.ª Patrícia Moita Garcia
Secretaria Municipal da
Saúde

Processo nº 189.01.2010.007791-3/000000-000
Ordem nº 1412/2010

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Ofício nº 229/2011-gfcs

Ação: Mandado de Segurança

IMPETRANTE: GUILHERME DE SOUZA LIMA

IMPETRADO: DIRETOR MUNICIPAL DE SAÚDE E RESPONSÁVEL PELA DIVISÃO CENTRAL DE SAÚDE/FARMÁCIA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS E FAZENDA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS.

Fernandópolis, 29 de março de 2011.

SENHOR DIRETOR:

Pelo presente, nos termos do artigo 11 da Lei Federal nº 1533, de 31 de dezembro de 1951, TRANSMITO a Vossa Senhoria, para as providências cabíveis, cópia da sentença proferida nos autos do processo supra mencionado, conforme anexo.

Na oportunidade, apresento a Vossa Senhoria, protestos de alta estima e distinta consideração.

ALCEU CORRÊA JÚNIOR
Juiz de Direito

CERTIDÃO

Certifico ser autêntica a assinatura do(a) Dr(a) **ALCEU CORRÊA JÚNIOR**, MM(a) Juiz(a) de Direito da 3ª. Vara Cível da Comarca de Fernandópolis-SP.
Fernandópolis, 29 de março de 2011.

MARCOS ANTONIO DE A. BARBOSA
Diretor de Serviço

Dr.ª Patrícia Moita Garcia
Secretaria Municipal da
Saúde

Ao(À) Ilmo(a) Sr(a)
DIRETOR MUNICIPL DE SAÚDE E RESPONSÁVEL PELA DIVISÃO CENTRAL DE SAÚDE/FARMÁCIA MUNICIPAL
AV. MILTON TERRA VERDI, 948 - CEP: 15600-000, Fernandópolis - SP
Fernandópolis-SP

Oficial: EDILZA
Carga:





PODER JUDICIÁRIO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FERNANDÓPOLIS

Processo n. 189.01.2010.007791-3 – ordem 1412/2010

1

3ª Cível

26

Vistos.

GUILHERME DE SOUZA LIMA impetrou **MANDADO DE SEGURANÇA** contra ato administrativo do Diretor Municipal de Saúde e Fazenda Municipal de Fernandópolis, pleiteando a concessão de liminar e a segurança ao final para receber o medicamento LANTUS + APIDRA, aduzindo que por motivo de doença necessita dos suplementos mencionados, porém, teve seu pedido de fornecimento gratuito negado pelos impetrados.

Antes de analisar a medida liminar foi determinada as diligência necessárias.

A Autoridade coatora prestou informações nos autos (fls. 28/38), aduzindo que medicamento solicitado não foi fornecido porque não faz parte dos medicamentos padronizados pela Secretaria de Estado da Saúde – Ministério da Saúde.

A Fazenda Municipal de Fernandópolis prestou informações nos autos (fls. 58/68), alegando preliminar e, no mérito que o Ministério da Saúde padronizou os medicamentos fornecidos, sendo que qualquer despesa extraordinária decorrente de alteração na aplicação da lista em vigor depende de prévia dotação orçamentária.

O representante do Ministério Público apresentou parecer às fls.40/44, opinando pela concessão da segurança.

É o relatório. **FUNDAMENTO E DECIDO.**



72
9**PODER JUDICIÁRIO**

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FERNANDÓPOLIS

Processo n. 189.01.2010.007791-3 – ordem 1412/2010

Trata-se de mandado de segurança em que o impetrante pleiteia o recebimento gratuito de remédio que necessita através do Sistema Único de Saúde.

Inicialmente, ressalto que a preliminar alegada pelo impetrado não merece guarida, porque já se encontra no pólo passivo da ação a Fazenda do município de Fernandópolis.

Observo que o impetrante possui direito líquido e certo ao recebimento de medicamento indispensável ao seu tratamento de saúde.

Com efeito, o art. 196 da Constituição Federal estabelece que: *“a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”*.

A norma constitucional, portanto, atribuiu ao Poder Público o dever de zelar pela saúde de seu povo, elevando a saúde à condição de direito fundamental do cidadão. Ressalte-se que o dispositivo constitucional possui natureza programática, porém é expreso ao estabelecer que o Estado deve promover ações necessárias para garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo-se neste último estágio o fornecimento gratuito de medicamentos.

A efetivação dessas diretrizes constitucionais ocorre através do chamado Sistema Único de Saúde (SUS), o qual é responsável pela implementação das



**PODER JUDICIÁRIO**

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FERNANDÓPOLIS

Processo n. 189.01.2010.007791-3 – ordem 1412/2010

ações e serviços públicos destinados a garantir a saúde da população. A Constituição estabelece, ainda, algumas diretrizes específicas que devem ser seguidas pelo Sistema Único de Saúde, ou seja, a descentralização administrativa e o atendimento integral aos cidadãos (art. 198, I e II da CF).

Outrossim, como bem salientou o representante do Ministério Público, a promoção da saúde pública não é tarefa exclusiva da União, cabendo também aos Estados-Membros da Federação, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Em relação à não inclusão do medicamento reclamado na listagem do Ministério da Saúde, observo que o direito à saúde (manutenção e recuperação da saúde) não pode ficar condicionado a práticas burocráticas ou administrativas, sob pena de frustração do direito fundamental garantido na Constituição Federal.

Diante do exposto, verificando-se a ilegalidade do ato administrativo praticado, que violou direito líquido e certo do impetrante, a segurança deve ser concedida.

Posto isto, e considerando o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o mandado de segurança impetrado por GUILHERME DE SOUZA LIMA e o faço para **CONCEDER A SEGURANÇA** pleiteada, determinando aos impetrados que forneça o medicamento reclamado (LANTUS + APIDRA – fls.11, 51), ou o genérico/similar correspondente, enquanto durar o tratamento (comprovação mediante apresentação de receita médica atualizada após 90 dias e eventual avaliação



**PODER JUDICIÁRIO**

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FERNANDÓPOLIS

Processo n. 189.01.2010.007791-3 – ordem 1412/2010

pelo sistema público de saúde), com fundamento no art. 196 da Constituição Federal e art. 1º, *caput* da Lei nº 12.016/2009.

Transmita-se o teor desta decisão à autoridade coatora, expedindo-se ofício para tanto (art. 13 da Lei nº 12.016/2009).

Submeto esta decisão ao duplo grau de jurisdição, previsto no art. 14, § 1º do diploma legal referido, tendo em vista a concessão da segurança. Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Seção de Direito Público, após o decurso do prazo para a interposição de recursos voluntários, ou processados estes. A sentença pode ser executada provisoriamente, com exceção dos casos em que a liminar é vedada (art. 14, § 3º da LMS).

Não há se falar em verba honorária, face ao que dispõe a Súmula nº 105 do Superior Tribunal de Justiça.

P.R.I.

Fernandópolis, 28 de março de 2011.


ALCEU CORRÊA JUNIOR**Juiz de Direito**



PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO

www.fernandopolis.sp.gov.br



LETÍCIA CRISTINA RODRIGUES DO NASCIMENTO

Processo: 189.01.2010.008920-0

Ordem: 1607/2010

MEDICAMENTOS:

- Insulina Glargina 100UI/ml 3ml- 4 canetas/mês.
- Insulina Glulisina 100UI/ml 3 ml – 4 canetas/mês.

ENDEREÇO: Rua F, 399 – CESP

Telefone: 3463 3821



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Judiciária

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO

Reexame Necessário Entrado em: 01/07/2011
Processo nº 0008920-32.2010.8.26.0189 .

Tipo da Distribuição: Livre

Impedimento: Magistrados impedidos Não informado

Observação: Motivo do Estudo da Prevenção Não informado

O presente processo foi distribuído nesta data, por processamento eletrônico, conforme descrito abaixo:

RELATOR: DES. FERRAZ DE ARRUDA
ÓRGÃO JULGADOR: 13ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

São Paulo, 15/08/2011 12:33:31

VISTA

Faço estes autos com vista à Douta Procuradoria Geral de Justiça.

São Paulo, 15 de agosto de 2011.

Eu, Aracelis Cote Espigado, Escrevente.

Claudinei Quaresma da Costa
Supervisor(a) do Serviço



Avenida Raul Gonçalves Junior, 850 - Santa Rita- Fernandópolis/SP - CEP: 15600-000 – Telefone: 17 3442-4088 - e-mail: marcosabarbosa@tj.sp.gov.br

Processo nº 189.01.2010.008920-0/000000-000
Ordem nº 1607/2010

Assistência Judiciária

Ofício nº 266/2011

Ação: Mandado de Segurança

IMPETRANTE: LETICIA CRISTINA RODRIGUES DO NASCIMENTO

IMPETRADO: DIRETOR SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS

Fernandópolis, 12 de abril de 2011.

SENHOR DIRETOR:

Pelo presente, nos termos do artigo 11 da Lei Federal nº 1533, de 31 de dezembro de 1951, TRANSMITO a Vossa Senhoria, conforme anexo, cópia da sentença proferida nos autos do processo supra mencionado.

Na oportunidade, apresento a Vossa Senhoria, protestos de alta estima e distinta consideração.

ALCEU CORRÊA JÚNIOR

Juiz de Direito

CERTIDÃO

Certifico ser autêntica a assinatura do(a) Dr(a) **ALCEU CORRÊA JUNIOR**, MM(a) Juiz(a) de Direito da 3ª. Vara Cível da Comarca de Fernandópolis-SP.

Fernandópolis, 12-de abril de 2011.

MARCOS ANTONIO DE A. BARBOSA
Diretor

Ao(À) Ilmo(a) Sr(a)

DIRETOR DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS

AV. MILTON TERRA VERDI, 948 - CENTRO - CEP: 15600-000, Fernandópolis - SP

Fernandópolis-SP

Oficial: FÁBIO

Carga: 559/2011





PODER JUDICIÁRIO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FERNANDÓPOLIS

Processo n. 189.01.2010.008920-0 – ordem 1607/2010

Trata-se de mandado de segurança em que a impetrante pleiteia o recebimento gratuito de remédios que necessita através do Sistema Único de Saúde.

Observo que a impetrante possui direito líquido e certo ao recebimento de medicamentos indispensáveis ao seu tratamento de saúde.

Com efeito, o art. 196 da Constituição Federal estabelece que: *“a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”*.

A norma constitucional, portanto, atribuiu ao Poder Público o dever de zelar pela saúde de seu povo, elevando a saúde à condição de direito fundamental do cidadão. Ressalte-se que o dispositivo constitucional possui natureza programática, porém é expresso ao estabelecer que o Estado deve promover ações necessárias para garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo-se neste último estágio o fornecimento gratuito de medicamentos.

A efetivação dessas diretrizes constitucionais ocorre através do chamado Sistema Único de Saúde (SUS), o qual é responsável pela implementação das ações e serviços públicos destinados a garantir a saúde da população. A Constituição estabelece, ainda, algumas diretrizes específicas que

66
9





PODER JUDICIÁRIO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FERNANDÓPOLIS

Processo n. 189.01.2010.008920-0 – ordem 1607/2010

devem ser seguidas pelo Sistema Único de Saúde, ou seja, a descentralização administrativa e o atendimento integral aos cidadãos (art. 198, I e II da CF).

Outrossim, como bem salientou o representante do Ministério Público, a promoção da saúde pública não é tarefa exclusiva da União, cabendo também aos Estados-Membros da Federação, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Em relação à não inclusão dos medicamentos reclamados na listagem do Ministério da Saúde, observo que o direito à saúde (manutenção e recuperação da saúde) não pode ficar condicionado a práticas burocráticas ou administrativas, sob pena de frustração do direito fundamental garantido na Constituição Federal.

Diante do exposto, verificando-se a ilegalidade do ato administrativo praticado, que violou direito líquido e certo da impetrante, a segurança deve ser concedida.

Posto isto, e considerando o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o mandado de segurança impetrado por LETICIA CRISTINA RODRIGUES DO NASCIMENTO e o faço para **CONCEDER A SEGURANÇA** pleiteada, determinando ao impetrado que forneça os medicamentos reclamados (LANTUS SOLOSTAR e APIDRA SOLOSTAR – fls.18), ou o genérico/similar correspondente, enquanto durar o tratamento (comprovação mediante apresentação de receita médica atualizada após 90 dias e eventual avaliação pelo sistema público de saúde), com fundamento no art.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Procuradoria de Justiça Cível
Distribuído em 28 de setembro de 2011 – n.s.

Apelação nº 0008920-32.2010.8.26.0189

Cuida-se de reexame necessário de r. sentença que julgou procedente o pedido inicial, consistente na prestação de serviço público de saúde indicado na inicial.

O reexame necessário não merece provimento.

Eventual fornecimento regular do medicamento não afasta o interesse de agir, antes representando verdadeira admissão da procedência do pedido.

Não há como presumir tenha o(a) impetrante buscado a via judicial por mero capricho, mesmo com o medicamento ao seu dispor no sistema de saúde.

A burocracia e a desinformação a que são submetidos os usuários dos serviços do SUS – fato notório que prescinde de prova – pode ocasionar situações em que o Poder Público admite, em tese, a adequação e necessidade dos medicamentos pretendidos, mas ainda assim o paciente se vê obrigado a recorrer ao Poder Judiciário.

Em suma, presente o interesse, cabe a apreciação do mérito do *writ*.

A saúde é direito de todos e dever do Estado.

União, Estados, Distrito Federal e Municípios são competentes para o serviço de assistência à saúde e gestores das verbas do SUS, o que os torna responsáveis pela implantação e execução da política de saúde, conforme, aliás, dispõe o art. 9º da Lei n. 8.080/90.

O serviço de farmácia e os demais serviços correlatos de assistência à saúde estão contemplados no referido Sistema Único de Saúde. Por ele são responsáveis, solidariamente, todos os entes da federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Daí não ser possível recusar a legitimidade passiva da autoridade acionada. De fato, os critérios e normas que regem os repasses de verbas do SUS e as principais atribuições das esferas de governo não desoneram quaisquer delas, isoladamente, da responsabilidade de satisfazer o direito do cidadão à assistência a saúde a que faz jus.

Além disso, essa questão já restou pacificada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo com a edição do Enunciado Predominante do Direito Público nº 16, que prevê que “a ação para fornecimento de medicamentos e afins pode ser proposta em face de qualquer pessoa jurídica de Direito Público Interno”.

Muitas vezes, a recusa estatal à assistência à saúde fundamenta-se na circunstância de o insumo, nutriente, serviço ou medicamento não estar contemplado no



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE FERNANDÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO

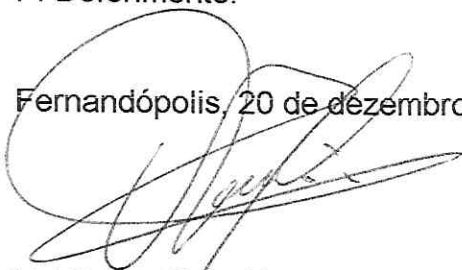
PORCESSO Nº 1607/2010 - 189.01.2010.008920-0

LETICIA CRISTINA RODRIGUES DO NASCIMENTO,
já qualificada nos autos do processo supra, em que move em face do
MUNICIPIO DE FERNANDOPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO, vem a
presença de Vossa Excelência, em atenção ao despacho de Fls. 22, para
Requerer que seja emendada a inicial, para constar a autoridade impetrada, o
SENHOR DIRETOR DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS, na
pessoa do **DR. JOSÉ MARTINS FILHO**, que ocupa o referido cargo,

Nestes Termos.

P. Deferimento.

Fernandópolis, 20 de dezembro de 2010.


Valdir Custódio Medrado
OAB(SP) 207.368

189 FND 201220101128 3, CV 01 0072921-50

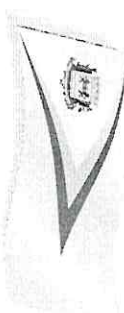
Processo 649/2026. Assinado por 1 pessoa: JOSE MARTINS FILHO NETARELLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/EBB6C2HE10HB7FD0F4E72HBABED402B08ECB5D51>





PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO

www.fernandopolis.sp.gov.br



Processo 649/2026. Assinado por 1 pessoa: JOSE MARTINS APESCANANTORELLA

Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: h

LORENA SILVA DIAS

Processo: 1004148-52.2023.8.26.0189

MEDICAMENTO:

Dupilumab (Dupixent) a Primeira dose deverá ser 2 ampolas de 200mg por via subcutânea e após 1 ampola (200 mg) a cada 14 dias- por tempo indeterminado.

ENDEREÇO: Av. Guido Lavezo, 146 Conjunto Habitacional Bernardo Pessuto.

Cep: 15604322

Mãe: Monalisa CAIC-99232-1214

PACO MUNICIPAL: Rua Bahia, 1264 - Centro - Fernandópolis/SP - CEP: 15.600-000 - Fone (17) 3465-0150 - Fax (17) 3465-0161.

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - OUVIDORIA 0800 772 4550 CNPJ 47.842.836/0001-05



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Fernandópolis
FORO DE FERNANDÓPOLIS
1ª VARA CRIMINAL

Av. Raul Gonçalves Júnior, nº 850, , Jardim Santa Rita - CEP 15610-000,
Fone: (17) 21441610, Fernandópolis-SP - E-mail: fernandlcr@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	1004148-52.2023.8.26.0189
Classe - Assunto	Procedimento Comum Infância e Juventude - Fornecimento de medicamentos
Requerente:	Lorena Silva Dias
Requerido:	Prefeitura Municipal de Fernandópolis

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Luiz de Abreu Costa**

Vistos.

Defiro a autora os benefícios da assistência judiciária gratuita. Anote-se.

Trata-se de ação de obrigação de fazer, com pedido de tutela de urgência, ajuizada por **Lorena Silva Dias**, representada por seus genitores, em desfavor do **MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS**.

Narra a parte autora, em síntese, que, em razão de sua peculiar condição de saúde, necessita fazer uso do medicamento *Dupilumabe* 200 mg (2 ampolas de imediato, após 01 a cada 14 dias). Aponta o custo elevado do medicamento e a hipossuficiência financeira de seu núcleo familiar. Requer, em sede liminar e no mérito, seja a parte ré compelir a lhe fornecer o fármaco.

Manifestação do Ministério Público pela concessão da limitar (fls. 70/72).

É o breve relato. **Decido.**

Nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, o deferimento da tutela de urgência exige a presença concomitante de elementos probatórios que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

A Constituição da República, nos artigos 23, inciso II, e 196 e seguintes, assegura a todos o direito à saúde, de modo universal e igualitário, ao mesmo tempo em que impõe ao Poder Público o dever de prestá-la.

No presente caso, o pedido do medicamento *Dupilumabe (Dupixent)* 200 mg (2 ampolas, sendo 01 a cada 14 dias) atende, **ao menos em sede de cognição sumária**, aos requisitos da tese fixada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema Repetitivo nº 106, a saber:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Fernandópolis

FORO DE FERNANDÓPOLIS

1ª VARA CRIMINAL

Av. Raul Gonçalves Júnior, nº 850, ., Jardim Santa Rita - CEP 15610-000,

Fone: (17) 21441610, Fernandópolis-SP - E-mail: fernand1cr@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

A concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige a presença cumulativa dos seguintes requisitos:

(i) comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS;

(ii) incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito; e

(iii) existência de registro na ANVISA do medicamento.

(REsp n. 1.657.156/RJ, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, julgado em 25/4/2018, DJe de 4/5/2018)

Nesse sentido, o medicamento é registrado na ANVISA (fl. 64/65); a sua aquisição gera impacto significativo na renda familiar devido a seu alto custo (fls. 48/63); e há laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste a paciente sobre a necessidade do fármaco, destacando-se que os medicamentos integrantes do rol do SUS não têm surtido efeito para aplacar a doença (fls. 35/37 e 66).

Urge destacar, ainda, que o fármaco, segundo a ANVISA, possui indicação para dermatite atópica (fls. 64/65).

A urgência, no caso, decorre da imprescindibilidade e emergência do uso do fármaco para restabelecer a saúde da parte autora, criança, que, como se verifica pelas alegações da parte autora, bem como pela prescrição médica de fls. 66, **encontra-se em grande estado de sofrimento físico e psíquico, tendo, inclusive, sugerido a própria morte.**

Registro que as normas constitucionais que garantem o direito à saúde são de eficácia plena e de aplicabilidade imediata, não sendo admitido o seu não cumprimento em decorrência de restrições orçamentárias e da aplicação da teoria da reserva do possível, quando se trata de fornecimento de medicamento imprescindível à saúde, como é o caso dos autos.

Tampouco é o caso de se alegar ingerência do Poder Judiciário em competência do Poder Executivo, haja vista que *"a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito"* (art. 5º, inciso XXXV, da Constituição da República).

Ante o exposto, considerando a relevância do fundamento e o risco de ineficácia do provimento final, **CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA** para determinar que a parte ré





PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO

www.fernandopolis.sp.gov.br



Processo 649/2026. Assinado por 1 pessoa: JOSE MARIANO SARI SCANTARELLA

Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: h

NILTON CESAR CANTARELLA

Processo: 189.01.2010.008071-0

Ordem: 1456/2010

MEDICAMENTO:

• Insulina glargina 100UI/ml 10 ml - 2 Frascos/mês.

FENDEREÇO: Rua Pernambuco, 325

Telephone: 99119-8022/3465-9800

PAÇO MUNICIPAL: Rua Bahia, 1264 - Centro - Fernandópolis/SP - CEP: 15.600-000 - Fone (17) 3465-0150 - Fax (17) 3465-0161.

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - OUVIDORIA 0800 772 4550 CNPJ 47.842.836/0001-05

CONCLUSOS

A Excelentíssima Senhora Doutora
LUCIANA CASSIANO ZAMPERLINI COCHITO
- Juíza de Direito da 1ª Vara Cível
da Comarca de Fernandópolis/SP. Dou
fé. Em 4 de fevereiro de 2011.

HARLEI BARRETO GOMES
Oficial Maior

Processo nº 189.01.2010.008071-0
Ordem nº 1456/2010

Vistos.

1. Fls. 28: Defiro, proceda a serventia a retificação do pólo passivo da presente ação, para constar como requerido **DIRETOR DA CENTRAL DE SAÚDE DE FERNANDÓPOLIS**, anote-se no sistema SIDAP, com emissão de nova etiqueta.

2. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por **NILTON CESAR CANTARELLA** contra ato atribuído ao **DIRETOR DA CENTRAL DE SAÚDE DA FERNANDÓPOLIS**, relatando o impetrante ser portador de "diabetes", e necessitar para o respectivo tratamento, de medicamentos e insumos prescritos por seu médico (fls. 15 e 23), qual seja, "INSULINA GLARGINA (LANTUS) 40 unidade ao dia e INSULINA NOVO RAPID 15 unidade 3 vezes ao dia", por prazo indeterminado e até quando deles necessitar (ou quando deles necessitar) e, sempre, nas quantidades prescritas pelo profissional médico que a assiste. Esclarece que formulou pedido administrativo, porém a pretensão foi negada (fls. 24) sistematicamente ao fornecimento do material pleiteado, razão pela qual, postulou se determine à autoridade impetrada o respectivo fornecimento.

3. Está comprovado, à luz da documentação que acompanhou a inicial, que a impetrante está enferma, e tem necessidade do medicamento para tratamento.

É a saúde direito público subjetivo, soando o artigo 196 da Lei Maior: "Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às opções e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Trata-se de direito de pronto exercitável, colhendo-se de conhecido precedente do Pretorio Excelso: "O caráter programático da regra inserta no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro - não pode converter-se em promessa constitucional inconsequente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado" (...) "O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes, inclusive àquelas portadoras do vírus HIV/AIDS, dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, 'caput', e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. Precedentes do STF." (STF – RE nº 271286 - RS, AgRg., 2ª Turma, j. 12.09.2000, DJU de 24.11.2000, pág. 101, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

1ª Vara Cível
Fls. 11
Fernandópolis/SP

[Assinatura]



O direito invocado é daqueles fundamentais do ser humano, e, como visto, encontra direto respaldo no texto constitucional.

Na esteira do assinalado pelo Desembargador LAERTE SAMPAIO em precedente da Col. 3ª Câmara de Direito Público, "*A pretensão ao fornecimento de remédio, realizar determinado exame ou fornecer aparelho necessários à saúde pode ser dirigida em face da União, Estado ou Município, porque a indisponibilidade do direito à saúde já foi reconhecida pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça (RESp. 662.033/RS). Não significa violação ao princípio da independência e harmonia dos Poderes já que, no campo de obrigação contraposta a interesse individual indisponível, inexistente discricionariedade administrativa.*" (TJSP - Apelação Cível nº 228.058-5/5, j. 23.05.2005).

A jurisprudência do E. STJ aponta também neste sentido:

"É dever constitucional da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios o fornecimento gratuito e imediato de medicamentos para portadores do vírus HIV e para tratamento da AIDS. Pela peculiaridade de cada caso e em face de sua urgência, há que se afastar a delimitação no fornecimento de medicamentos constante na Lei n- 9.313/96. A decisão que ordena que a Administração forneça aos doentes os remédios ao combate da doença que sejam indicados por prescrição médica, não padece de ilegalidade." (STJ, REsp. 325.337-RS, 1ª Turma, j. 21.06.2001, DJU 3.09.2001, p. 159, Rel. Min. JOSÉ DELGADO).

Por estas fundamentações a liminar será deferida.

4. Posto isso, **DEFIRO A LIMINAR** para determinar que a autoridade impetrada forneça em favor da impetrante os medicamentos e insumos prescritos por seu médico (**fls. 15 e 23**), qual seja, "*INSULINA GLARGINA (LANTUS) 40 unidade ao dia e INSULINA NOVO RAPID 15 unidade 3 vezes ao dia*", por prazo indeterminado e até quando deles necessitar (ou quando deles necessitar) e, sempre, nas quantidades prescritas pelo profissional médico que a assiste, assinando o prazo de 30 (trinta) dias, para entrega diretamente ao interessado, sob as penas da lei.

Oficie-se comunicando a concessão liminar, instruindo-se com cópias da inicial e das prescrições (receitas) médicas, e por outro lado, requisitando-se as informações da autoridade coatora, inclusive com a notificação da FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL para integrar a lide na condição de litisconsorte necessário.

Com as informações colha-se o parecer do Ministério Público.

Ciência ao MP e intinem-se.

Fernandópolis, 4 de fevereiro de 2011.

LUCIANA CASSIANO ZAMPERLINI COCHITO
Juíza de Direito da 1ª Vara Cível



PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO

www.fernandopolis.sp.gov.br



PAULA FERNANDA DIONÍSIO

Processo: 189.01.2010.005523-3

MEDICAMENTO:

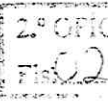
**•Insulina Glargina 100UI/ml 10 ml – 1 Frasco/mês
ALTERNADOS**

ENDEREÇO: Avenida Dos Canários, 102-

Telefone: 99725-0943



Dr. MARCELO SUGAHARA FERREIRA - OAB/SP n. 259.868
Dr^a. ALINE SAIKI VANZO - OAB/SP n. 260.574
Dr. ARISSON SAIKI VANZO - OAB/SP n. 294.894



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA __ VARA
CÍVEL DA COMARCA DE FERNANDÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO,**

PAULA FERNANDA DIONÍSIO, brasileira, casada, terapeuta ocupacional, portadora do RG nº 47.690.723-3, e do CPF nº 354.929.308-93, residente e domiciliada na Avenida dos Canários, nº 102, Bairro Jardim Araguaia, CEP 15.600-000, nesta cidade de Fernandópolis/SP, por seu advogado nomeado através do Convênio de Assistência Judiciária, em anexo (doc.01/02) que deverá receber as intimações de estilo no escritório sito à Avenida Expedicionários Brasileiros, nº 1636, sobreloja, sala 03, Bairro Centro, CEP 15.600-000, na cidade de Fernandópolis/SP, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 5º, LXIX, e art. 196, ambos da Constituição Federal/88 c/c o art. 1º da Lei 12.016/2009 (Nova Lei do Mandado de Segurança), impetrar

MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR,

contra ato ilegal praticado pelo Sr. **JOSÉ MARTINS FILHO**, Diretor Municipal de Saúde (Gestor do Sistema único de Saúde – SUS), desta cidade e Comarca de Fernandópolis/SP, pelos fundamentos de fato e de direito que passa a aduzir:





I – DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO

A Paciente PAULA FERNANDA DIONÍSIO foi acometida de doença de repercussão por tempo indeterminado – é portadora de DIABETES MELLITUS Tipo 1 (um) atestado médico em anexo (doc.08), e atualmente necessita de insulinas específicas para controle de glicemias devido a intensa oscilação dos níveis com insulina anterior, conforme exames em anexo (doc.05-06).

Seu exito no tratamento médico se faz mister os medicamentos prescritos no Receituário, em anexo(doc.07), pelo Dr. Jeferson Rolim Scatena (CRM 93.301) que por serem mais modernos trará maior eficácia ao tratamento controlando as glicemias e melhora na qualidade de vida da paciente .

O artigo 196, da Constituição Brasileira, prescreve,
in verbis:

“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso “universal igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.”.





PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO

www.fernandopolis.sp.gov.br



Processo 649/2026. Assinado por 1 pessoa: JOSE MARTIN SAPIES CANTARELLA

Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: [h](#)

PAULO HENRIQUE CASTELLI

Processo: 0004279-64.2011.8.26.0189

MEDICAMENTO:

- **Insulina Gargina 100UI/ml 10 ml – 1 ou 2 frascos/meses alternados**

ENDEREÇO: Rua José Roberto Asmar, 84

Telephone: 99676 6628

PAÇO MUNICIPAL: Rua Bahia, 1264 - Centro - Fernandópolis/SP - CEP: 15.600-000 - Fone (17) 3465-0150 - Fax (17) 3465-0161.

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - OUVIDORIA 0800 772 4550 CNPJ 47.842.836/0001-05

CNPJ 47.842.836/0001-05



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 3ª. Vara Cível da Comarca de Fernandópolis
Avenida Raul Gonçalves Junior, 850 - Santa Rita- Fernandópolis/SP - CEP: 15600-000 -
Telefone: 17 3442-4088
marcosabarbosa@tj.sp.gov.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ofício nº 888/2013 - jtb

Processo nº: 0004279-64.2011.8.26.0189 - Ordem nº: 643/2011

Classe: Mandado de Segurança

Requerente: PAULO HENRIQUE CASTELLI

Requerido: SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FERNANDÓPOLIS

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Fernandópolis, 04 de novembro de 2013.

Ilustríssimo(a) Senhor(a),

Pelo presente, expedido nos autos do processo em epígrafe, impetrado contra ato de Vossa Senhoria, para fins do disposto no artigo 7º, inciso I, da Lei nº 12.016/2009, remeto-lhe cópia da inicial e dos documentos apresentados e requisito informações sobre o alegado no prazo de 10 (dez) dias.

Outrossim, informo-lhe que foi proferida a seguinte decisão: "**Fls. 104/106 (petição do impetrante): PAULO HENRIQUE CASTELLI impetrou MANDADO DE SEGURANÇA com pedido de liminar, contra ato da DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Patrícia Moita Garcia Kawakame). Os documentos acima mencionados comprovam a necessidade do uso permanente dos medicamentos para tratamento de saúde do impetrante, de maneira que não deferimento da liminar pode resultar na ineficácia da segurança, se esta for concedida somente ao final do processo. Diante disso, DEFIRO a medida liminar pleiteada na inicial, para determinar que a impetrada forneça ao impetrante, os seguintes medicamentos: "LANTUS" e "NOVORAPID", na quantidade prescrita (fl. 105) e pelo tempo em que durar o tratamento do impetrante, com fundamento no artigo 7º, III, da Lei nº 12.016/2009. NOTIFIQUE-SE a autoridade coatora, requisitando as informações devidas, no prazo de dez dias (art. 7º II, da Lei citada). NOTIFIQUE-SE ainda o órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada (com cópia da inicial, sem documentos), para querendo, no prazo de dez dias, ingressar no feito (art. 7º, II da Lei citada). Ciência ao Ministério Público. I.Dilig.**". NADA MAIS.

Atenciosamente.

ADÍLSON VAGNER BALLOTTI
Juiz de Direito

Diligência: ASSISTENCIA JUDICIÁRIA - Oficial: MARIO Carga: _____/2013

À(o)
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FERNANDÓPOLIS
PATRICIA MOITA GARCIA KAWAKAME

Recebi: 02/12/2013
Nome: _____

Processo 649/2026. Assinado por 1 pessoa: JOSE MARIUS RIBEIRO NETARELLA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://fernandopolis.flowdocs.com.br/2053/public/assinaturas/EBB62E1E10B7FD0F4E72E8B40F5402A03E0B4D551>





PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO

www.fernandopolis.sp.gov.br



Processo 649/2026. Assinado por 1 pessoa: JOSE MARTIN SAPIES CANTARELLA

Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: [h](#)

UELINTON DE FIGUEIREDO

Processo: 189.01.2007.011873-5

Ordem: 1891/2007

MEDICAMENTO/ INSUMO:

- Insulina glargina 100UI/ml 10 ml -1 frasco/mês
- 100 tiras reagentes
- Lancetas 100
- Seringa de Insulina 50UI- 30 und

ENDEREÇO: Avenida Amadeu Bizelli, 311 - Jardim Santa Helena
Telefone: 3462-3161

PAÇO MUNICIPAL: Rua Bahia, 1264 - Centro - Fernandópolis/SP - CEP - 15.600-000 - Fone (17) 3465-0150 - Fax (17) 3465-0161.
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - OUVIDORIA 0800 772 4550 CNPJ 47.842.836/0001-05



**PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
COMARCA DE FERNANDÓPOLIS
Segunda Vara Cível**

Fórum Doutor Percy Waldir Semeghini – Avenida Raúl Gonçalves Junior, 850 – Jardim Santa Rita –
Fernandópolis/ SP - CEP. 15600-000 – Fone (17) 3442-4088 – Ramal – 214

Ofício nº. 1574/2007-maps

Processo nº. 189.01.2007.011873-5/000000-000

Assistência Judiciária

Ordem nº. 1891/2007

Ação: Mandado de Segurança

Requerentes: Uelinton de Figueiredo

Requerido: Diretoria Municipal de Saúde do Município de Fernandópolis

Fernandópolis, 03 de dezembro de 2007.

Ilustríssima Senhora,

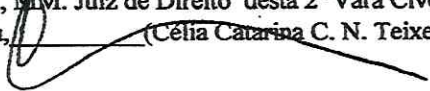
NOTIFICO Vossa Senhoria do conteúdo da petição inicial do Mandado de Segurança em epígrafe, a fim de que, **no prazo de 10 (dez) dias, sejam prestadas as informações necessárias.**

Outrossim, comunico o **indeferimento** da liminar pleiteada, nos termos do despacho cuja cópia segue anexa ao presente.

Apresento-lhe protestos de estima e consideração.


HEITOR KATSUMI MIURA
Juiz de Direito

CERTIDÃO:-

Certifico e dou fé ser autêntica a assinatura do Exmo. Sr. Dr. **HEITOR KATSUMI MIURA**, MM. Juiz de Direito desta 2ª Vara Cível. Fernandópolis, 03 de dezembro de 2007. Eu,  (Célia Catarina C. N. Teixeira), Diretora de Serviços, subscrevi.

A
ILMA. SRª.
LIGIA BARRETO
D.D. DIRETORA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua Bahia nº 854- Centro
FERNANDÓPOLIS/SP





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº



01888354

Decisão nº AC-2.513/08

Apelação nº 799.419.5/3-00 - 10ª Câmara de Direito Público

Apte: Uelinton de Figueiredo

Apdo: Diretor Municipal de Saúde de Fernandópolis

Origem: 2ª Vara Cível (Fernandópolis) - Proc. nº 11.873/07 ou 1.891/07

Juiz: Heitor Katsumi Miura

1. A sentença de fls. 158/160 denegou a segurança entendendo que o impetrante, portador de diabetes melitus tipo 1: (i) possui capacidade econômica para adquirir medicamentos de maior custo, pois auferia renda no valor de quatro salários mínimos; (ii) as insulinas Lantus e Novorapid não são fornecidas nos Programas de Assistência Farmacêutica Estadual e Federal; (iv) existem insulinas alternativas nas listas de medicamentos padronizadas; (v) as normas genéricas apontadas na inicial são insuficientes para embasar suposta obrigação de fornecimento de medicamento específico ao impetrante, e (vi) eventual necessidade de internação poderá ser atendida diretamente pela administração, independentemente de intervenção judicial.

Apela o impetrante (fls. 167/173); diz que a medicação fornecida pela rede pública não vem mais controlando a sua hipoglicemia; em agosto de 2007 o apelante passou por uma crise convulsiva e foi internado na Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis onde se apurou perda de audição causada pela diabete e pela crise convulsiva; segundo o médico do apelante apenas as insulinas lantus e novorapid podem controlar o estágio atual de sua doença; o apelante não tem condições de arcar com as despesas de medicamento, que perfazem um total de R\$-1.019,42 por mês; o laudo da assistente social juntado aos autos (fls. 141/143) conclui que o apelante apresenta sérios problemas de saúde relativos à diabete, necessitando dos medicamentos de alto custo não disponíveis no SUS, além de comprovar que o auferia renda mensal de R\$-600,00; a falta de condição econômica do apelante é o

Ruy

ent em processo de recurso

Procedimento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://fernandopolis.flwdocs.com.br:2053/public/assinaturas/EBB622E1D141E24B4042B0845C0C8F5D51>

Procedimento assinado por 1 pessoa: JOSÉ FÁBIO S. RIBEIRO NETARELLA

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ FÁBIO S. RIBEIRO NETARELLA

Procedimento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://fernandopolis.flwdocs.com.br:2053/public/assinaturas/EBB622E1D141E24B4042B0845C0C8F5D51>





PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO

www.fernandopolis.sp.gov.br



VALDEMIR JUNIO GUAPO DE MELO

Processo: 189.01.2010.5588-9

MEDICAMENTO:

• Insulina glargina 100UI/ml 10 ml - 2 frascos/mês.

ENDEREÇO: Rua Maragogipe, 4455

Telefone: 99728-0952



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª Vara Judicial de Fernandópolis
Av. Raul Gonçalves Junior, nº 850, Jd. Sta. Rita – Fone: 017-3442-4088 – Ramais 216 e 217

PRIMEIRO OFÍCIO CRIMINAL - Processo nº 150/09

MANDADO DE NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO DE AUTORIDADE-COATORA

O Doutor EVANDRO PELARIN-Meritíssimo Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Fernandópolis - S.P., na forma da lei.

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição, que em cumprimento deste, expedido nos autos do MANDADO DE SEGURANÇA, processo sob nº 150/09, figurando como impetrante(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO e como impetrado JOSÉ MARTINS FILHO, Diretor Municipal de Saúde de Fernandópolis, sito no Departamento de Saúde do Município de Fernandópolis, com sede na Rua Banhia, 1264, Centro, Fernandópolis-Sp.

Proceda, a NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE-COATORA - JOSÉ MARTINS FILHO, Diretor Municipal de Saúde de Fernandópolis-Sp, acima mencionado, para que no prazo de dez (10) dias, nos termos do inciso I, do artigo 7º, I da Lei 1.533/51, preste as informações necessárias, notadamente aos fatos constantes da inicial do sobredito Mandado de Segurança E CUMPRIMENTO DA LIMINAR, SOB PENA DE FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA, cuja cópia segue em anexo e deste mandado fica fazendo parte integrante.

Proceda-se ainda a INTIMAÇÃO DO(A) IMPETRADO(A)(S): JOSÉ MARTINS FILHO, Diretor Municipal de Saúde de Fernandópolis-Sp, acima mencionado, que por decisão deste Juízo datada de hoje (12/05/09), foi DEFERIDA A LIMINAR, na sobredita ação, para determinar a autoridade coatora que providencie o fornecimento gratuito do(s) medicamento(s): INSULINAS LANTUS(30 unidades ao mês), e NOVORAPID(9 unidades /dia ou 270 unidades ao mês), mediante a apresentação e retenção de prescrição médica, até o julgamento definitivo do sobredito Mandado de Segurança ou nova determinação judicial.

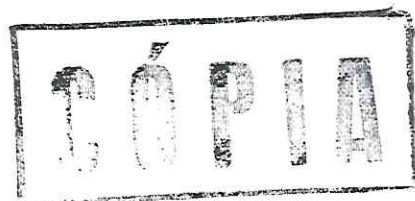
NADA MAIS. CUMPRA-SE, NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Dado e passado nesta cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo, aos 18 de maio de 2.009.

Eu, _____ (Márcia T. C. Bastos), Escrevente, digitei.

Eu, _____ (Bel. EVAIR CHIARELLO), Diretor Técnico de Serviço, subscrevi.

EVAIR CHIARELLO
ASS. P/ DETERMINAÇÃO JUDICIAL
PROVIMENTO 024/03

Oficial: JOÃO - Carga nº _____/09 - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
Prov. 03/2001 - CGJ.NSCGJ - Cap. VI, item 4. É vedado ao Oficial de Justiça o recebimento de numerário diretamente da parte. NSCGJ - Cap. VI, item 5. A identificação do Oficial de Justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências.





MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS

RUA PORTO ALEGRE, Nº 350 - JARDIM SANTA RITA - CNPJ: 47.842.836/0001-05

FERNANDÓPOLIS/SP - CEP 15.610-024

FONE: (17) 3465-0150



CÓDIGO DE ACESSO

2FBC2E0B6FDF457ABA95ACBC4E1BFD51

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Assinante: JOSE MARTINS PINTO NETO em 12/05/2026 14:59:43

CPF:***.***.708-30

Certificadora: MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2FBC2E0B6FDF457ABA95ACBC4E1BFD51>



MINUTA DE CONTRATO Nº XX/XXXX

A **PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 47.842.836/0001-05, sediada à Rua Porto Alegre, nº 350, Jd. Santa Rita, Fernandópolis/SP, neste instrumento representada pelo Prefeito Municipal, Sr. João Paulo Sales Cantarella, nomeado em 01 de janeiro de 2025 pelo Termo de Posse da Câmara Municipal de Fernandópolis para a Legislatura 2025/2028, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXX**, CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, com sede na **XXXX, Nº XX, Bairro: XXXX, XXXX/XX, CEP XXXXX-XXX, (XX) XXXXX-XXXX**, Email: **XXXX@XXX**, doravante designada **CONTRATADA**, neste instrumento representada por seu Representante Legal, Sr.(a) **XXX**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 649/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar Municipal nº262 de 04/04/2024 e demais legislação aplicável, **resolvem celebrar o presente Termo de Contrato**, decorrente do Pregão Eletrônico nº 010/2026 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a “AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA, UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU), VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE E A INTEGRALIDADE DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE”, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DO ITEM	VALOR TOTAL DO ITEM
1	XXXX Detalhamento do item	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX



2	XXXX					
	Detalhamento do item	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
...

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência.

1.2.2. O Edital da Licitação.

1.2.3. A Proposta do contratado.

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo da vigência do contrato será de XX (XXX) XXX, contados a partir da data de assinatura do contrato.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS



MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

3.1. Como se trata de Sistema de Registro de Preços, os bens serão solicitados de forma parcelada ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, não havendo quantitativo mínimo obrigatório. As solicitações ocorrerão conforme a necessidade do setor demandante.

3.2. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados da solicitação do Departamento competente.

3.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Central de Abastecimento Farmacêutico

Av. Porto Alegre, 350 - Jardim Santa Rita, Fernandópolis-SP

3.5. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 15 (quinze) meses do prazo total recomendado pelo fabricante.

3.6. A entrega dos produtos solicitados deverá acontecer em transportes adequados para a distribuição de medicamentos, garantindo a eficácia destes, dentro dos prazos acordados e a empresa deverá prestar assistência técnica em caso de problemas durante o transporte.

Garantia do Produto

3.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

3.8. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.9. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.10. As comunicações entre a Prefeitura de Fernandópolis e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.11. A Prefeitura de Fernandópolis poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.12. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (Pedido de Empenho), a Prefeitura de Fernandópolis poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

3.13. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

3.14. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.15. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.16. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.17. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.18. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.19. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

3.20. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.22. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

3.23. Cabe ao gestor do contrato:

3.23.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da Ordem de Fornecimento do Bem, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

3.23.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.23.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.23.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.23.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC.

3.23.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.23.7. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA: DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **XXX,XX (XXX)**.

6. CLÁUSULA SEXTA: DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração,

após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

6.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

6.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.12.1. O prazo de validade.

6.12.2. A data da emissão.

6.12.3. Os dados do contrato e do órgão contratante.

6.12.4. O período respectivo de execução do contrato.

6.12.5. O valor a pagar.

6.12.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

6.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

6.15. A Administração deverá realizar consulta para:

6.15.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

6.15.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.16. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

6.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Setor Demandante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

6.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação de habilitação.

Prazo de Pagamento

6.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

6.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC/IBGE de correção monetária.

Forma de Pagamento

6.22. Pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

6.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de Pagamento

6.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/01/2026.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir do Contratado o integral cumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato, no edital e em seus anexos.
- 8.3. Receber os bens no prazo, local e condições estabelecidos no Termo de Referência, observadas as regras de recebimento provisório e definitivo previstas na Lei nº 14.133/2021.

- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sempre que forem constatados vícios, defeitos, avarias, inconformidades técnicas ou quantidade divergente, para que proceda, às suas expensas, à substituição, correção, reparo ou complementação dos bens entregues.
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.6. Nas hipóteses de controvérsia quanto à conformidade dos bens entregues (dimensão, qualidade, quantidade), comunicar o Contratado para que emita Nota Fiscal referente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado, no prazo, forma e condições previstas neste Contrato e no Termo de Referência, desde que atendidos os requisitos legais de liquidação da despesa.
- 8.8. Aplicar ao Contratado as penalidades previstas na legislação e neste Contrato, quando cabíveis.
- 8.9. Notificar a Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC para adoção das medidas pertinentes sempre que houver descumprimento contratual.
- 8.10. Emitir decisão, de forma expressa, sobre todas as solicitações e reclamações do Contratado relacionadas à execução deste Contrato, excetuadas aquelas manifestamente impertinentes, protelatórias ou irrelevantes para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração decidirá sobre requerimentos no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do protocolo, admitida prorrogação motivada por igual período.
- 8.11. Responder a eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro formulados pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias apresentadas pelo Contratado sobre a instauração de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual.
- 8.13. Comunicar ao Contratado quaisquer alterações que decorram de determinação administrativa ou de ajustamentos necessários ao cumprimento contratual, observados os limites do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8.14. A Administração não responderá por compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, nem por danos causados a terceiros em razão de atos do Contratado, seus empregados, prepostos ou representantes.

9. CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da perfeita entrega dos bens, observados os prazos, especificações e condições estabelecidas.

9.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo durante a execução contratual, especialmente para fins de comunicação e recebimento de notificações.

9.3. A Administração poderá recusar a indicação ou manutenção do preposto, desde que justificadamente, devendo o Contratado proceder à imediata substituição.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados.

9.5. Entregar os bens de acordo com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência e da proposta vencedora, em perfeitas condições de funcionamento, qualidade e segurança, observando-se a legislação aplicável e as normas técnicas pertinentes.

9.6. Reparar, corrigir, substituir ou recolher, às suas expensas e no prazo fixado pelo fiscal do contrato, quaisquer bens entregues com vícios, defeitos, inadequações ou desconformidades com as especificações contratadas.

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos bens fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não afastando tal responsabilidade o acompanhamento ou fiscalização do Contratante. A Administração poderá descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, quando exigida, valores correspondentes aos danos apurados.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

9.9. Quando não for possível à Administração verificar eletronicamente a regularidade do contratado, este deverá apresentar ao setor responsável pela fiscalização os documentos exigidos no Termo de Referência, devidamente válidos e atualizados durante toda a vigência contratual.

9.10. Manter a regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e demais condições exigidas na fase de habilitação, durante toda a vigência contratual, nos termos do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

9.11. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer o cumprimento contratual, como atraso na entrega por caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Administração, garantindo aos seus prepostos acesso aos documentos essenciais relacionados ao fornecimento.

9.13. Suspender a entrega dos bens quando houver determinação expressa do Contratante, especialmente quando houver risco de entrega em desacordo com as especificações ou com potencial de causar prejuízo à Administração.

9.14. Promover a guarda e conservação dos bens até sua efetiva entrega à Administração, respondendo integralmente por perdas, danos, extravios, avarias ou deteriorações ocorridas antes do recebimento.

9.15. Realizar o transporte, manuseio e entrega dos bens de forma a garantir a integridade do material, em conformidade com as normas de segurança aplicáveis.

9.16. Submeter previamente ao Contratante, por escrito, qualquer solicitação de alteração de marca, modelo ou especificação, devidamente justificada, ficando sua aceitação condicionada à avaliação técnica e autorização expressa da Administração.

9.17. Não permitir a utilização de mão de obra em desconformidade com a legislação trabalhista, especialmente no que se refere à proibição de trabalho infantil e ao respeito às normas de saúde e segurança.

9.18. Manter durante toda a vigência contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, conforme art. 55, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

9.19. Cumprir a legislação referente à reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitadas da Previdência Social, quando aplicável, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

9.20. Comprovar, quando solicitado pelo fiscal do contrato, a efetiva observância das reservas de vagas previstas em lei, mediante apresentação dos documentos pertinentes.

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações às quais tiver acesso em decorrência da execução contratual.

9.22. Arcar com eventuais ônus decorrentes de erro na formulação de sua proposta, especialmente quanto ao dimensionamento dos custos e quantitativos necessários ao cumprimento integral das obrigações assumidas, exceto nas hipóteses do art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021.

9.23. Cumprir, além das normas legais vigentes, todas as regras de segurança e procedimentos determinados pelo Contratante quando da entrega dos bens.

10. CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

10.1. Somente serão divulgados os dados pessoais que sejam imprescindíveis ao interesse público, assim entendido como aquele que atende ao direito fundamental consagrado no inciso XXXIII do artigo 5º, conjugado com o artigo 37 da Constituição, ou seja, aquilo que é necessário e indispensável para o controle social da transparência pública.

10.2. No inciso V do art. 7º da LGPD há hipótese específica de tratamento de dados pessoais quando necessário à execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados.

10.3. O consentimento específico do titular é tácito, nesses casos, em decorrência da autonomia da vontade expressa no momento da realização do instrumento contratual, ou seja, não sendo necessária nova previsão expressa para o tratamento decorrente do ato (art. 7º, inciso V, da LGPD).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato.
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) Der causa à inexecução total do contrato.
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do 7.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,30% (trinta centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

12.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando houver.

12.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

12.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

12.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

12.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

12.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 3% (três por cento) a 8% (oito por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (quando houver) ou será cobrada judicialmente.

12.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SCPI - PORTAL DE COMPRAS.

12.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SCPI - PORTAL DE COMPRAS serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.9.2. As peculiaridades do caso concreto.

12.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante.

12.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica

sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade.

12.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações assumidas por ambas as partes, ainda que tal ocorra antes do término do prazo de vigência.

13.2. Caso as obrigações não sejam cumpridas no prazo contratual, a vigência poderá ser prorrogada exclusivamente para fins de conclusão do fornecimento, quando houver interesse da Administração e desde que presentes os requisitos legais para prorrogação.

13.3. Quando a não conclusão do fornecimento decorrer de culpa do Contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sujeitando-se à aplicação das sanções previstas em lei e neste contrato.

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato, adotando as medidas legais cabíveis para assegurar a continuidade do atendimento da necessidade administrativa, inclusive mediante contratação de remanescente, nova licitação ou outro meio admitido em lei.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes do cumprimento integral das obrigações ou antes do término da vigência, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como por acordo entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesses casos, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

13.4.2. A alteração social, transformação societária ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa não implicará extinção contratual se não comprometer sua capacidade de cumprir o objeto contratado.

13.4.2.1. Havendo mudança da pessoa jurídica contratada, a alteração subjetiva deverá ser formalizada mediante termo aditivo, observados os requisitos legais.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e dos valores ainda devidos.

13.5.3. Apuração de eventuais indenizações, multas ou recomposições devidas.

13.6. A extinção do contrato não impede o reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido durante sua execução, hipótese em que poderá ser concedida indenização mediante termo indenizatório, nos termos do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha atuado na licitação, na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que seja seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios do Município, consignados no Orçamento Geral vigente, devidamente aprovados pela Lei Orçamentária nº 5.683/2025, conforme classificação orçamentária abaixo descrita:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial da Prefeitura de Fernandópolis.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Fernandópolis, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Fernandópolis-SP, de de 20.... .

JOAO PAULO SALES CANTARELLA

Contratante

XXXXXX

Contratada

TESTEMUNHAS:

1. xxxx

2. xxxx



MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/XXXX

A **PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 47.842.836/0001-05, sediada à Rua Porto Alegre, nº 350, Jd. Santa Rita, Fernandópolis/SP, neste instrumento representada pelo Prefeito Municipal, Sr. João Paulo Sales Cantarella, **RESOLVE registrar os preços** apresentados pela empresa **XXXX**, CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, com sede na **XXXX, Nº XX, Bairro: XXXX, XXXX/XX, CEP XXXXX-XXX, (XX) XXXXX-XXXX, Email: XXXX@XXX**, neste instrumento representada por seu Representante Legal, Sr.(a) **XXX**, em conformidade com a classificação obtida no certame e nas quantidades cotadas, atendidas integralmente as condições estabelecidas no Edital de licitação.

As partes declaram sujeitar-se às normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, bem como às condições, obrigações e exigências previstas no presente instrumento, o qual passa a reger-se pelas cláusulas a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual “ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA, UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU), VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE E A INTEGRALIDADE DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, COM PREVISÃO DE CONSUMO PARCELADAMENTE NO DECORRER DE 12 (DOZE) MESES”, conforme especificado no(s) item(ns) do Termo de Referência que integra o Edital do Pregão Eletrônico nº 010/2026, Processo Administrativo nº 649/2026.

1.2. Constituem parte integrante desta Ata, independentemente de transcrição, o referido Termo de Referência e as propostas comerciais apresentadas pela(s) licitante(s) vencedora(s), cujos preços restaram devidamente registrados.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	FORNECEDOR XXX, CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede na XXXX, Nº XX, Bairro: XXXX, XXXX/XX, CEP XXXXX-XXX, (XX) XXXXX-XXXX, Email: XXXX@XXX					
	Especificação	Marca	Unidade	Qtd.	Valor Unitário (\$)	Valor Total (\$)
XX	XXXX Detalhamento do item	XXX	XXX	XXX	XX,XX	XX,XX
..

VALOR TOTAL: R\$ XXX,XX (XXX).

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura de Fernandópolis.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação por força do artigo 23, do Decreto Municipal 9.875/2025, o qual não permite que outros órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta, se utilizem das Atas de Registro de Preços da Prefeitura de Fernandópolis.

5. VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei 14.133/21.

5.1.1. O contrato ou Pedido de Empenho decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto (Pedido de Empenho) deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, ou Pedido de Empenho, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela.

5.5. O preço registrado com indicação do licitante será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.6. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.7. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.8. Caso o licitante convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços deixe de formalizá-la no prazo e nas condições estabelecidos no edital, faculta-se à Administração a adoção das seguintes medidas:

5.8.1. Convocar, observada a ordem de classificação, os licitantes remanescentes para fins de negociação, com vistas à obtenção de preço mais vantajoso para a Administração, ainda que este seja superior ao originalmente ofertado pelo adjudicatário convocado; ou

5.8.2. Adjudicar o objeto e firmar o respectivo instrumento nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes — desde que o preço se mantenha dentro do valor estimado pela Administração — atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de condições mais vantajosas.

5.9. A existência de preços registrados na presente Ata implica compromisso de fornecimento nas condições nela estabelecidas, não obrigando, entretanto, a Administração a contratar. Fica facultada a realização de nova licitação específica para a aquisição pretendida, desde que haja justificativa formal que demonstre a vantagem e oportunidade da medida, nos termos da legislação aplicável.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

6.1.3.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.1.3.3. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer a Administração a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pela Administração, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado.

8.1.2. Não retirar o Pedido de Empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável.

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado.

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, a Administração poderá mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela Administração, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.3.1. Por razão de interesse público.

8.3.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8.3.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.2. É da competência da Administração a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a Prefeitura de Fernandópolis.

Fernandópolis-SP, de de 20....

JOAO PAULO SALES CANTARELLA

Prefeito Municipal de Fernandópolis

XXXXXX

Empresa Detentora da Ata

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:

Bruno Cezar Roselli Medri



Cecília Henriqueta Sinibaldi Azadinho Miranda

Liliane Cristina Silva Dos Santos





MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS

RUA PORTO ALEGRE, Nº 350 - JARDIM SANTA RITA - CNPJ: 47.842.836/0001-05

FERNANDÓPOLIS/SP - CEP 15.610-024

FONE: (17) 3465-0150



CÓDIGO DE ACESSO

F0682E1FD7D04032BB0E042A16CC7A67

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/F0682E1FD7D04032BB0E042A16CC7A67>